

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

A Nova Política Externa da Rússia: Estratégias de Expansão na América Latina

João Victor Almeida Queiros Santos

Brasília – DF

04/2024



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

A Nova Política Externa da Rússia: Estratégias de Expansão na América Latina

João Victor Almeida Queiros Santos

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Frederico Bertolini.

Brasília – DF

04/2024

Resumo

A crescente atuação da Rússia na América Latina, por meio de acordos comerciais, cooperação militar e investimentos estratégicos, levanta questões sobre suas intenções e o impacto geopolítico. Essa expansão é vista como uma resposta ao isolamento imposto pelo Ocidente durante a Guerra Fria e pós-Guerra Fria, e também como uma estratégia de longo prazo para reconfigurar as relações de poder no hemisfério ocidental. Assim, é crucial compreender se essa presença representa uma ameaça à hegemonia tradicional dos Estados Unidos na região e à sua política de contenção para combater a Rússia, além de como os países latino-americanos equilibram essas relações e reagem a essa expansão, especialmente o Brasil.

Palavras chaves: Expansionismo russo, América Latina, Política externa, Geopolítica, Neo-urasianismo, Contenção dos Estados Unidos, Brasil, Multipolaridade, Influência global.

Abstract

Russia's growing presence in Latin America, through trade agreements, military cooperation, and strategic investments, raises questions about its intentions and geopolitical impact. This expansion is seen as a response to the isolation imposed by the West during and after the Cold War, as well as a long-term strategy to reshape power relations in the Western Hemisphere. Thus, it is crucial to understand whether this presence represents a threat to the traditional U.S. hegemony in the region and its containment policy aimed at countering Russia, and how Latin American countries—especially Brazil—balance these relations and react to this expansion.

Keywords: Russian expansionism, Latin America, Foreign policy, Geopolitics, Neo-Eurasianism, U.S. containment, Brazil, Multipolarity, Global influence

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Conceitos de Geopolítica.....	5
3. Escolas Russas de Pensamento Geopolítico.....	13
3.1. Alexander Dugin e o Eurasianismo.....	17
3.2. Críticas ao Dugin e ao Neo-Eurasianismo	21
4. A Ascensão do Império do Mar	24
4.1. Nicholas Spykman e a Doutrina da Contenção	25
4.2. A Ordem do Pós-Guerra Fria Segundo Spykman.....	26
4.3. Spykman e a Teoria do Rimland: A Geografia da Paz.....	27
4.4. O Equilíbrio de Poder e a Aliança com a Rússia.....	28
4.5. A Influência de Spykman na Política Americana.....	29
4.6. Spykman e a Doutrina de Contenção	30
5. Metodologia.....	32
6. América Latina no Cenário Internacional	36
6.1. Histórico das Relações Rússia–América Latina e a Zona de Influência dos EUA	39
6.2. Estratégias Russas na América Latina e empecilhos.....	43
7. Rússia e Brasil: Parceria Geoestratégica	52
7.1. Cooperação Econômica e Diplomática Brasil–Rússia	56
7.2. Desafios da Relação Brasil–Rússia.....	61
8. Conclusão.....	63
Bibliografia.....	67

1. Introdução

Este trabalho final tem como objetivo compreender o renascimento da geopolítica russa no pós-Guerra Fria, por meio dos conceitos geopolíticos clássicos e de sua influência nas escolas de pensamento geopolítico russas. Assim, busca-se entender as práticas de elaboração de estratégias e doutrinas que a Rússia adota para seu restabelecimento como superpotência, especialmente em um contexto internacional marcado por mudanças que abalam cada vez mais o sistema global.

Torna-se, portanto, essencial o preparo diante de um cenário que caminha para um sistema internacional multipolar. Dessa forma, é necessário desprender-se da perspectiva geopolítica ocidental (fundamentalmente estadunidense) e compreender a nova geopolítica russa reativa e expansionista do século XXI, que se contrapõe à política de contenção dos Estados Unidos na zona de influência russa e em relação a seus interesses estratégicos.

Além disso, busca-se identificar a influência desse embate geopolítico — entre expansão e contenção de potências — sobre os países latino-americanos, frequentemente negligenciados no contexto da competição entre grandes potências, mas que vêm adquirindo crescente relevância geopolítica e geoestratégica.

Diante disso, esta pesquisa visa compreender as estratégias de expansão geopolítica da Rússia na América Latina e avaliar como essa dinâmica afeta as relações econômicas, políticas e de segurança dos países da região, com foco especial no Brasil. Questiona-se, assim, os métodos e objetivos do avanço russo na região: quais são as estratégias de expansão geopolítica utilizadas pela Rússia na América Latina e como os Estados Unidos reagem a elas? De que forma o expansionismo russo impacta as relações econômicas, políticas e de segurança dos países latino-americanos, especialmente do Brasil?

O trabalho foi desenvolvido com base em três principais estratégias metodológicas: pesquisa bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo compreender os fundamentos teóricos do expansionismo russo e sua relação com a América Latina. A análise documental

abrange declarações e posicionamentos oficiais de países, membros de governo e formuladores de estratégias. Já o levantamento de dados secundários concentra-se, principalmente, em acordos comerciais e iniciativas de cooperação.

Para elucidar os questionamentos propostos, o trabalho será estruturado nos seguintes tópicos: o conceito de geopolítica e seu uso; as escolas geopolíticas russas; a ascensão dos Estados Unidos como “império dos mares”; o neo-urasianismo, suas influências e críticas; a geopolítica russa e suas relações com a América Latina; a política de contenção estadunidense em relação à Rússia e seus desdobramentos na América Latina; e, por fim, a análise do avanço russo na região, com os possíveis ganhos e perdas decorrentes dessa estratégia — especialmente no que se refere ao Brasil.

2. Conceitos de geopolítica.

A geopolítica pode ser definida como um campo de estudo e prática que investiga os padrões e as forças motrizes das relações políticas entre países e regiões. Para isso, considera diversos fatores, como localização geográfica, influência marítima e aeroespacial, demografia, defesa, economia, infraestrutura de comunicação, além de aspectos culturais e sociais, como religião, moral e etnicidade.

Do ponto de vista histórico, a evolução das relações internacionais pode ser compreendida por meio da sucessão de diferentes épocas geopolíticas, cada uma caracterizada por um equilíbrio de poder específico, zonas de influência e fronteiras que delimitam o espaço político global. Essas transformações refletem a dinâmica das disputas territoriais e de influência, moldadas pelas condições estruturais e conjunturais de cada período.

A geopolítica, enquanto disciplina científica, consolidou-se durante o período clássico, tendo como principal precursor Friedrich Ratzel, cujas contribuições teóricas, entre 1880 e 1910, fundamentaram a concepção do Estado como um organismo vivo. Em obras como *Antropogeografia* e *Terra e Vida*, Ratzel (1990) propôs a teoria da interação simbiótica entre terra (*Vodop*) e povo (*Volk*), estabelecendo que a forma e a essência do Estado derivam dessa relação.

O conceito de espaço vital (*Lebensraum*) desempenha papel central no pensamento geopolítico de Ratzel, pois a prosperidade de um Estado estaria diretamente relacionada à extensão e à qualidade de seu território. Ratzel (1990) argumentava que Estados prósperos expandem-se dinamicamente, enquanto aqueles que perdem seu "sentimento espacial" entram em decadência. Tal concepção influenciou fortemente as disputas territoriais e ideológicas do final do século XIX e início do século XX. Ratzel formulou sete leis básicas do crescimento espacial do Estado:

1. O crescimento do Estado acompanha o desenvolvimento cultural;
2. A expansão ocorre por meio da difusão de ideias, comércio e missões civilizatórias;
3. Pequenos Estados são absorvidos por maiores e mais dinâmicos;
4. As fronteiras representam a força e a vitalidade do Estado, refletindo sua capacidade de integração territorial;
5. Estados em expansão buscam territórios estratégicos, como litorais e recursos naturais;
6. O crescimento estatal pode ser impulsionado por influências externas de civilizações superiores;
7. A tendência global é a formação de grandes unidades territoriais.

Com base nesses princípios, Ratzel sustentava que a expansão territorial era uma necessidade natural dos Estados e um critério para avaliar sua vitalidade e força política. Essa abordagem levou à formulação de doutrinas que justificavam a luta por espaço e recursos como um imperativo estratégico.

Ademais, Ratzel também introduziu a ideia do confronto entre centros mundiais continentais e marítimos, estabelecendo uma das bases para as análises geopolíticas subsequentes. Seu pensamento influenciou não apenas a geografia política, mas também estratégias expansionistas do início do século XX, demonstrando a interseção entre teoria geopolítica e prática política global.

Outro conceito da geopolítica é o poder geopolítico, refere-se, necessariamente, ao poder exercido pelos Estados além de suas fronteiras. Não que a configuração das fronteiras seja algo desprezível, muito pelo contrário, a posição e o tamanho dos territórios são de fundamental importância nas táticas geoestratégicas, mas a

dinâmica geopolítica não está contida (e tão somente) dentro das fronteiras nacionais, mas além delas. A dinâmica da distribuição de poder no sistema internacional tem sido historicamente marcada pelo confronto entre grandes potências, onde nenhum Estado exerceu domínio absoluto sobre o mundo. Segundo Joseph Nye Jr. (2002), cada período histórico foi caracterizado pela presença de uma potência hegemônica e, simultaneamente, por uma ou mais potências rivais que contestavam essa hegemonia. Desde o século XVI, essa disputa foi protagonizada por diferentes atores, culminando, no século XX, na bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. No século XXI, embora os Estados Unidos permaneçam como a principal potência global, a China desafia sua liderança econômica, enquanto a Rússia mantém uma oposição militar significativa.

Nesse contexto, Souza (2019) analisa como a estrutura de poder influencia a atuação de Estados com diferentes capacidades. Grandes potências projetam poder além de suas fronteiras; Estados médios exercem influência indireta sobre essa projeção; e Estados menores, frequentemente, buscam alianças estratégicas para resguardar seus interesses. A ordem internacional, portanto, oscila entre momentos de bipolaridade e multipolaridade, refletindo um equilíbrio instável entre as potências dominantes e os desafios geopolíticos que enfrentam.

Dessa forma, a geopolítica contemporânea aponta para uma nova configuração do poder global, na qual a ascensão de novas potências desafia a primazia norte-americana e reforça a tendência de um mundo multipolar, caracterizado pela competição entre blocos econômicos e estratégicos.

A geopolítica, segundo Marinchenko (2009), fundamenta-se na dicotomia entre telurocracia (poder terrestre) e talassocracia (poder marítimo), conceito central na análise da organização espacial e da evolução histórica das civilizações. Essa distinção, amplamente estudada por teóricos como Alfred Mahan e Halford Mackinder, determina as dinâmicas de poder e as estratégias geopolíticas adotadas por diferentes Estados ao longo da história.

A telurocracia caracteriza-se por uma estrutura estatal estável, hierárquica e conservadora, na qual normas rígidas regulam a sociedade. A predominância de um estilo de vida sedentário reforça a coletividade, limitando o espírito de

empreendedorismo e inovação. Exemplos históricos incluem Esparta e Roma Antiga, cujas organizações militares e políticas privilegiavam a ordem interna e a solidez institucional (DUGIN, 2016).

Em contraponto, a talassocracia define-se pela flexibilidade e pelo dinamismo econômico, sendo impulsionada pelo comércio, pela inovação tecnológica e pelo espírito individualista. O ambiente marítimo favorece sociedades abertas à mudança, nas quais normas morais e jurídicas são mais adaptáveis às circunstâncias. Civilizações como Atenas e Cartago representam esse modelo, destacando-se pelo desenvolvimento econômico e pela expansão comercial (DUGIN, 2016).

Além dessa dualidade, a geopolítica considera um terceiro elemento: a "zona litorânea" ou *Rimland*, que combina características de ambas as potências. Segundo Dugin (2014), essa região constitui um espaço geoestratégico com influência independente, atuando como intermediária entre a estabilidade terrestre e a fluidez marítima. O *Rimland*, portanto, desempenha um papel crucial no equilíbrio de poder global, sendo frequentemente alvo de disputas entre potências telurocráticas e talassocráticas.

Outro conceito relevante na geopolítica é a ideia de campos geopolíticos, conforme a classificação de K.V. Pleshakov (Marinchenko, 2009). Esses campos incluem:

- Campo endêmico – áreas com influência geopolítica estável e homogênea.
- Campo fronteiro – zonas de contato entre diferentes blocos geopolíticos, onde há disputa de influência.
- Campo cruzado – regiões de interação entre múltiplas forças geopolíticas.
- Campo total – espaços que abrangem diversas influências simultaneamente.

Essas dinâmicas geopolíticas refletem-se no conceito de equilíbrio de poder, essencial para a manutenção da estabilidade internacional. Winston Churchill sintetizou essa ideia ao afirmar que a Inglaterra não possui aliados ou inimigos permanentes, apenas interesses constantes (MARINCHENKO, 2009). Esse princípio ressalta a natureza fluida das relações internacionais, onde a competição entre terra e mar, centro e periferia, permanece como uma constante histórica.

A geopolítica analisa como os interesses dos Estados influenciam suas ações no cenário internacional, podendo estas ser defensivas, ofensivas, agressivas ou libertadoras. Nesse contexto, o conceito de “expansão” é amplamente utilizado para descrever a aquisição de territórios ou o estabelecimento de esferas de influência político-militares. Contudo, a expansão não se limita ao aspecto militar, podendo também ser econômica, comercial, financeira, cultural, ideológica e informacional.

No final do século XX e início do século XXI, a expansão territorial permanece como um dos principais focos das disputas geopolíticas, com Estados competindo por recursos estratégicos, tanto terrestres quanto marítimos. O controle sobre matérias-primas, recursos biológicos e “espaço vital” é visto como essencial para a sobrevivência das nações, tornando-se um fator determinante nas relações internacionais. Além disso, estudiosos da geopolítica alertam para o agravamento da crise global de recursos, especialmente energéticos, aliado ao crescimento populacional e à redução de áreas férteis. Esses fatores podem intensificar as tensões ambientais e impulsionar um retorno a formas mais agressivas de expansão territorial no século XXI (MARINCHENKO, 2009).

Marinchenko (2009) discute os métodos fundamentais da geopolítica desenvolvidos por outras ciências, como a geografia política, a história, a sociologia e a ciência política. Em princípio, esses métodos podem ser os mesmos utilizados por outras áreas do conhecimento: sistêmico, de atividade, comparativo, histórico, valor-normativo e funcional, aos quais se somam a análise estrutural-funcional, institucional, antropológica, lógica geral e pesquisa empírica. Além disso, o autor atribui à geopolítica, como disciplina científica, diversas conexões com a vida de um Estado isolado, de uma união de Estados ou de blocos opostos, afirmando que a geopolítica reflete conexões objetivas e regularidades da vida real, permitindo-lhe desempenhar determinadas funções: cognitivas, prognósticas, gerenciais e ideológicas (MARINCHENKO, 2009, p. 69).

A geopolítica clássica teve início com Friedrich Ratzel, entre 1880 e 1910, que formulou a teoria do Estado como um organismo vivo, defendendo a expansão territorial como um fator essencial para sua sobrevivência. Ratzel (1990) estabeleceu sete leis do crescimento espacial do Estado, argumentando que a prosperidade estatal depende da conquista de novos territórios e do fortalecimento

das fronteiras. Sua teoria, baseada no determinismo geográfico, justificou práticas expansionistas e influenciou o pensamento geopolítico no final do século XIX.

O sueco Rudolf Kjellén, fortemente influenciado por Ratzel, introduziu o termo “geopolítica” e concebeu o Estado como um organismo vivo dotado de território, economia, população, sociedade e poder. Sua teoria defendia que a geopolítica era a base das relações internacionais e que as grandes potências estavam naturalmente destinadas à expansão. Influenciado pelo darwinismo social, Kjellén via a luta entre Estados como um mecanismo essencial para o progresso. No entanto, Marinchenko (2009) ressalta que algumas de suas premissas foram posteriormente refutadas, como a ideia de autarquia econômica, que se mostrou inviável diante do avanço da globalização. Ainda assim, suas reflexões sobre a soberania e a dinâmica das grandes potências permanecem relevantes. Kjellén já previa a Rússia como um ator central na geopolítica global, devido à sua posição estratégica entre a Europa e a Ásia. Apesar de seu vasto território e unidade interna, a Rússia enfrentava limitações em sua liberdade de movimento devido às dificuldades de acesso a mares quentes — um fator geopolítico que influencia suas estratégias expansionistas até os dias atuais.

A formação das escolas nacionais de geopolítica foi influenciada pelo contexto histórico e político de cada país. Segundo Marinchenko (2009), a primeira escola a tomar forma foi a alemã, emergindo como parte da ciência geográfica. No período de 1920 a 1940, a geopolítica alemã se dividiu em duas vertentes: a nacionalista, representada por Haushofer e Schmitt, que enfatizava a expansão territorial e o nacionalismo, e a internacionalista, associada a autores como Graf e Wittfogel, que buscavam integrar o determinismo geográfico ao materialismo histórico.

Segundo Souza (2019), há uma extensa divergência acerca do papel científico da geopolítica, uma vez que muitas vezes foi acusada de ser puramente ideológica. O exemplo mais citado dessa tendência interpretativa é a Escola Geopolítica de Munique, liderada pelo general-geógrafo Karl Haushofer, que chegou a ser associada diretamente à estruturação do projeto de poder do regime nazista alemão na primeira metade do século XX.

A escola japonesa destacou a singularidade do Japão e seu projeto expansionista na Ásia, representado pela Doutrina Amau, que previa a dominação do Pacífico e a formação de um império asiático (MARINCHENKO, 2009). No caso italiano, a geopolítica desenvolveu-se a partir do irredentismo e do fascismo, influenciada pelo ideal de recriação do Império Romano. Destaca-se, nesse contexto, a contribuição do general Douai para a teoria geopolítica. Douai partiu de uma nova realidade para a época — a invenção do avião — e argumentava que, após a conquista da terra e do mar pelo homem, o próximo domínio seria o ar (MARINCHENKO, 2009).

As escolas britânica e americana basearam-se na talassocracia, priorizando o poder naval para o controle global. Mackinder formulou o conceito de “heartland”, enquanto Mahan e Spykman desenvolveram teorias sobre o poder marítimo e sua influência na hegemonia mundial (MARINCHENKO, 2009). A geopolítica francesa, por sua vez, opunha-se ao determinismo geográfico alemão e defendia o possibilismo, teoria de Vidal de La Blache que enfatizava a influência humana na geopolítica. Autores como Ancel e Demajon propuseram a unificação da Europa como estratégia para conter o declínio do continente frente às potências emergentes.

Em comum, todas essas escolas viam a geopolítica como ferramenta de expansão e fortalecimento nacional, refletindo os interesses políticos e econômicos de suas respectivas nações. Esse período foi marcado pela institucionalização da geopolítica e por seu uso como justificativa teórica para projetos expansionistas ao redor do mundo (MARINCHENKO, 2009).

3. Escolas Russas de Pensamento Geopolítico

A escola russa, conforme Marinchenko (2009), estruturou-se em torno de quatro eixos: o pan-eslavismo, que buscava a liderança russa entre os povos eslavos; a geografia estratégica, que promovia a expansão territorial; o bolchevismo, representado pela teoria da "revolução permanente" de Trotsky; e o eurasianismo, que via a Rússia como uma civilização distinta entre Europa e Ásia.

O conceito de eurasianismo apresenta múltiplas acepções na literatura geopolítica. Originalmente cunhado no século XIX pelo movimento eslavófilo, o termo expressava a busca por uma identidade própria da Eurásia, distinta tanto da Europa quanto da Ásia, fundamentada na cultura e tradição da Ortodoxia e da Rússia. No período pós-Primeira Guerra Mundial, pensadores como Nikolai S. Trubetsky, Peter Savitsky, G. V. Florovsky e Lev Gumilev resgataram essas ideias, enfatizando o embate cultural e político entre o Ocidente e a Rússia como representante de um subcontinente eurasiático autônomo.

Segundo Héric Manuel (2018), Gumilev, em particular, desenvolveu as teorias da etnogênese — que explica a formação das nações a partir do desenvolvimento social — e da paixão, que destaca o sacrifício humano por ideais ideológicos. Os eurasianistas investigaram os impérios Mongol e Otomano e estabeleceram contato com Karl Haushofer, influenciando-se também pelas ideias de Halford Mackinder. Rejeitavam a visão ocidentalizante de Pedro, o Grande, argumentando que a Rússia era um continente em si, moldado por influências asiáticas e separado geograficamente da Europa.

Conforme Silvius (2014, p. 51), “os eurasianistas clássicos também defenderam que o conflito civilizacional entre a Rússia e a Europa antecede ao eurasianismo. Os eurasianistas expandiram este tema falando do morrer do Ocidente e da iminente ascensão do Oriente”. No campo econômico, “esta primeira versão do eurasianismo defendia a existência da propriedade privada, mas apresentava-se como adversária do ‘capitalismo puro’, apelando a uma cooperação entre as propriedades privada e estatal” (MILHAZES, 2016, p. 42). Silvius (2014, p. 51-52) afirma que “o corpo do trabalho do eurasianismo clássico pode ser considerado uma prolongada crítica à Europa, na qual a Rússia é concebida como uma entidade geocultural distinta, fora da esfera da civilização europeia”. Para os teóricos clássicos, “o eurasianismo constituiu uma versão da ideocracia russa — o reinado de uma ideia abrangente, empregada por uma classe dominante (neste caso, os eurasiáticos) e salvaguardada por um Estado autocrático”.

Os eurasiáticos clássicos distinguiram a Revolução Russa em dois aspectos principais. Primeiro, como representação do ápice da tendência de ocidentalização na história russa, iniciada pelas reformas de Pedro, o Grande — o que

representaria, para eles, uma rebelião contra Deus em prol de objetivos seculares e o início de uma divisão entre a elite educada, o governo e o povo russo. Em segundo lugar, viam-na como um processo que destruiu a velha ordem e trouxe as forças populares à vida política. Contudo, consideravam o bolchevismo estranho ao povo russo, entendendo-o como uma etapa temporária a ser superada por uma ideologia mais orgânica e religiosa, o eurasianismo, que garantiria a estabilidade de um Estado russo autêntico (SILVIUS, 2014).

Nesse período, os russos, antes considerados como os “donos e proprietários” de todo o território, passaram a ser vistos como “um povo entre outros” que partilhava a autoridade territorial (SANTOS, 2004).

Com a Revolução Russa, Trubetskoy adaptou seu pensamento ao novo contexto, defendendo a manutenção da unidade da URSS como um império multiétnico. Savitsky, por sua vez, argumentava que a conformação da Eurásia era resultado da natureza, que determinava os movimentos históricos e a integração dos povos na formação de um Estado único. Assim, o eurasianismo apresentava-se como uma ideologia geopolítica alternativa à concepção ocidental de organização política e territorial (SANTOS, 2004).

O colapso da União Soviética em 1991 levou a Rússia a uma fase de redefinição geopolítica, caracterizada inicialmente por um “vácuo geopolítico”. Durante o governo de Boris Yeltsin (1991–1999), a política russa esteve alinhada aos valores ocidentais, promovendo cooperação internacional e economia de mercado. No entanto, essa abordagem resultou em crises econômicas, corrupção e enfraquecimento militar, minando a confiança na estratégia pró-Occidente e abrindo espaço para novas abordagens geopolíticas.

A partir de 1998, emergiram duas novas escolas de pensamento: os Realistas e os Expansionistas Revolucionários. Os Realistas, compostos por ex-membros da burocracia soviética e do Partido Comunista, enfatizavam a necessidade de reequilibrar o poder global, fortalecendo as capacidades militares russas e buscando alianças estratégicas, como com China e Irã, para conter a influência ocidental. Já os Expansionistas Revolucionários, de extrema-direita, defendiam a expansão territorial e seguiam teorias clássicas de Mackinder, Haushofer e Mahan,

enxergando o mundo dividido entre Atlantismo e Eurasianismo. Essa corrente promovia uma visão geopolítica agressiva, baseada na expansão da influência russa e na afirmação de sua identidade como potência global independente dos valores ocidentais.

A Escola Realista emergiu como resposta ao fracasso do internacionalismo idealista de Yeltsin, criticando a cooperação internacional e defendendo o fortalecimento militar e alianças estratégicas com China e Irã para contrabalançar o poder ocidental (TEIXEIRA, 2008). Paralelamente, a Escola Expansionista Revolucionária, de viés extremista, baseava-se em teorias geopolíticas clássicas, defendendo uma visão bipolar do mundo entre Atlantismo e Eurasianismo (TEIXEIRA, 2008).

O neo-eurasianismo de Aleksandr Dugin inspira-se na Teoria das Pan-Regiões de Haushofer, propondo uma divisão global em quatro blocos: Anglo-Americano, Euro-Africano, Pan-Eurásiano e Zona do Pacífico. Essa visão resgata elementos do passado imperial russo e propõe uma nova abordagem geopolítica para o século XXI, rejeitando a universalização dos valores democráticos e econômicos liberais (TEIXEIRA, 2008; SANTOS, 2008). Os realistas e expansionistas compartilham uma visão hobbesiana do sistema internacional, onde a competição e a anarquia são a norma, em oposição à visão kantiana dos idealistas, que defendem a cooperação (TEIXEIRA, 2008).

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência em 1999, a geopolítica russa passou por uma reorganização que consolidou duas principais escolas de pensamento: os Ocidentalistas e os Eurasianistas. A Escola Ocidentalista, considerada antinacionalista e liberal, tem em Dmitri Trenin um de seus principais representantes, que argumenta que a Rússia deve aceitar a hegemonia dos EUA na Eurásia para garantir seu futuro, promovendo uma modernização econômica e política alinhada ao modelo europeu (TEIXEIRA, 2008; MARCU, 2007).

Por outro lado, os Eurasianistas, liderados por Dugin, rejeitam a modernização ocidental e propõem uma identidade geopolítica distinta para a Rússia, baseada na Teoria do Poder Terrestre de Mackinder. O neo-eurasianismo defendido por Dugin propõe a criação de um bloco geopolítico liderado pela Rússia, contrapondo-se ao

Ocidente e estruturando a política externa russa em alianças estratégicas e na expansão da influência sobre territórios historicamente ligados à esfera soviética.

Dessa forma, a política geoestratégica russa passou por mudanças significativas desde o período pós-soviético, oscilando entre diferentes concepções de poder, alianças e posição internacional. A transição de Yeltsin para Putin marca uma inflexão decisiva em direção a uma política externa mais assertiva e voltada à restauração do status da Rússia como potência global.

3.1. Aleksander Dugin e o Eurasianismo

Aleksandr Dugin é um filósofo, teórico político e estrategista russo, conhecido por ser um dos principais ideólogos do neo-eurasianismo, ligado diretamente à cúpula do Kremlin. Ele é considerado por muitos como guru ideológico de Vladimir Putin, presidente da Rússia, e frequentemente associado ao pensamento geopolítico que influenciou a política externa russa nos últimos anos, incluindo a invasão russa da Ucrânia em março de 2022. Dugin já havia defendido abertamente a invasão da Ucrânia anos antes, em uma entrevista (DUGIN, 2016), e defende o fortalecimento da Rússia como potência central da Eurásia e a resistência à hegemonia ocidental, especialmente dos Estados Unidos.

O pensamento geopolítico de Aleksandr Dugin está fortemente baseado na teoria da "Heartland" de Halford Mackinder, que sustenta que o controle da Eurásia é essencial para o domínio global. Dugin defende que a Rússia, como centro da Eurásia, deve consolidar sua influência na região para se contrapor ao poder ocidental, especialmente representado pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN (DUGIN, 2016). Ele propõe uma resistência ao Atlantismo, defendendo a diversidade cultural e geopolítica e a multipolaridade global. Dugin baseia-se na Teoria do Poder Terrestre de Mackinder, afirmando que o controle do heartland eurasiático é crucial para a soberania e segurança russa (TEIXEIRA, 2008; SANTOS, 2008).

O projeto de Aleksandr Dugin visa fortalecer o poder da Rússia na Eurásia, adotando uma postura cultural e geopolítica distinta do Ocidente. Esse projeto

Territorialmente, militarmente, economicamente e cientificamente, a Rússia permanece um ator determinante na história e na geopolítica mundial.

A Federação Russa está localizada no espaço do *heartland*, conforme teorizado por Mackinder. A estrutura histórica da sociedade russa apresenta características telúricas (ligadas à terra), o que a associa a um governo de inspiração terrena e a uma sociedade predominantemente holística. Essa identidade geopolítica tem implicações globais e serve como base para a formulação da futura geopolítica russa (DUGIN, 2014). Dugin argumenta que a identidade geopolítica da Rússia, sendo telurocrática (centrada na terra), exige seu aprofundamento, fortalecimento e desenvolvimento. Essa visão está alinhada com a política de afirmação da soberania russa, declarada por Vladimir Putin no início do século XXI. A soberania política da Rússia não se limita à independência nacional, mas representa um projeto estratégico para preservar a união político-administrativa do *heartland* e reafirmar o papel da Rússia como um polo telurocrático de escala global.

Sendo uma alternativa à globalização liderada pelo Ocidente, Dugin argumenta que o modelo atual promove um sistema unificado que ignora as diferenças culturais, sociais e políticas dos diversos povos. Em sua concepção, a globalização é uma imposição do paradigma atlântico, levando à homogeneização das nações e à perda das tradições locais. Aleksandr Dugin propõe que a Rússia seja um Estado multiétnico e multirreligioso internamente e forme alianças externas estratégicas, como parcerias com a Alemanha, Irã e Japão. Ele destaca a importância de fortalecer laços com cidades como Teerã, Nova Deli e Ancara, além de melhorar relações com Paris e Berlim. Dugin vê a China como rival na Eurásia e sugere que a Rússia aumente sua influência no sul da Eurásia, integrando regiões como a Índia e Estados islâmicos (TEIXEIRA, 2009). Ele propõe uma política externa que expanda a influência russa em várias direções, respeitando diferenças regionais e equilibrando o poder contra o Ocidente. A visão expansionista de Aleksandr Dugin e sua proposta de um mundo multipolar estão alinhadas à estratégia russa atual, que busca ampliar sua influência global por meio de alianças estratégicas e do fortalecimento de sua presença na Eurásia.

De acordo com Thainá Nunes e Mayane Bento Silva (2018), o entendimento da geopolítica russa se baseia em três deduções centrais: a necessidade constante de

reafirmação da soberania estatal, os conflitos recorrentes com a civilização do Mar e a crença de que a influência russa ultrapassa as fronteiras nacionais. Essas ideias, ainda hoje presentes na política externa russa, podem ser vistas desde o período soviético e, especialmente, na administração de Vladimir Putin. As autoras também enfatizam a importância de políticos dentro do establishment político que apoiam a causa: “o apoio de Yevgeny Primakov, então primeiro-ministro russo, à corrente Neo-Eurasiana, deu a Dugin a oportunidade de se destacar a partir de 1999, ao se tornar assessor de Gennadiy Seleznyov, presidente da Duma Estatal, que, por sua vez, exigiu que os escritos geopolíticos de Dugin começassem a fazer parte da educação escolar. Com a criação do Movimento Internacional Eurasiano, no ano 2000, aumentou seu networking ao conquistar a participação de grandes nomes, como o vice-speaker do Conselho Federal da Rússia, Aleksandr Torshev, o assistente do presidente, Aslambek Aslakhanov, e o presidente do Comitê Internacional do Conselho da Federação Russa, Mikhail Mangelov” (NUNES; SILVA, 2018, p. 234-235).

Nos anos seguintes, com a eleição de Putin, a geopolítica eurásiana de Dugin passa a ser implementada lentamente, como forma de inserir a Rússia no sistema internacional, construindo um novo momento de glória dos ex-soviéticos (SOUSA, 2012). Paralelamente a isso, Dugin consegue aumentar seu espaço de influência ao passar a fazer parte do Centro de Perícia Geopolítica, e quando Ivan Demidov, seu admirador declarado, passa a ter papel chave na política russa (SHEKHOVTSOV, 2009).

A ascensão de Putin ao poder e a implementação gradual das ideias de Dugin refletem a construção de uma nova ordem para a Rússia pós-soviética. Sob Putin, a geopolítica eurásiana se materializou em reformas e alianças estratégicas, como a criação da Organização para Cooperação de Xangai em 2001, com o objetivo de construir um bloco multipolar em oposição ao mundo unipolar dominado pelos Estados Unidos. A intensificação da internacionalização do movimento eurásianista, especialmente na região ex-soviética, também é destacada, com a formação de estruturas do movimento em países como Cazaquistão, Bielorrússia, Ucrânia, Azerbaijão e até mesmo fora da Eurásia, incluindo Europa e América do Norte (DUGIN, 2014).

3.2. Críticas a Dugin e ao neo-urasianismo

Entretanto, as ideias de Dugin também são alvo de críticas, bem evidenciadas por Danilo Rogério Souza (2019) e pelo ucraniano Shekhovtsov (2008) sobre o uso de conceitos geopolíticos. Shekhovtsov (2008) classifica Dugin como um "internacionalista travestido", apontando que suas propostas para uma nova ordem eurásiana exigiriam a implementação de um regime totalitário, onde a sociedade estaria completamente subordinada à política. Além disso, Shekhovtsov (2009) também acusa Dugin de promover uma agenda nacionalista de direita, vinculada ao movimento da nova direita na Europa, e de ter uma visão fascista sobre a renovação do eurasianismo.

De acordo com Souza (2019), a concepção geopolítica de Aleksandr Dugin é considerada confusa e baseada em uma perspectiva situacional, ou seja, moldada pela posição da Rússia no mundo. Dugin enfatiza a necessidade de entender como os russos interpretam o mundo e seu ambiente, colocando seu projeto civilizacional acima da geopolítica, que ele vê apenas como uma ferramenta. Para ele, a análise territorial é insuficiente; o foco está em uma visão socioantropológica que transcende a geografia (DUGIN, 2014).

Souza (2019) continua a crítica sobre os conceitos utilizados por Dugin. A "geopolítica" de Dugin é descrita como idealista e pouco convencional, desconectada da produção científica tradicional. Ele não cita trabalhos geopolíticos academicamente relevantes e sua análise é superficial, com pouca profundidade teórica. Sua única referência é o atlantismo de Mackinder, ao qual ele se opõe, mas sem uma análise detalhada (MORGADO, 2017).

Souza (2019) chega à conclusão de que há uma contradição no projeto duginiano: enquanto ele defende um sistema multipolar, onde cada potência respeitaria a esfera de influência das outras, ele também propõe a Rússia como um pólo telurocrático global, o que sugere uma expansão desproporcional de seu papel. Isso revela um superdimensionamento da Rússia, com o objetivo de substituir a Nova Ordem Mundial americana por uma Nova Ordem Mundial eurásiana. Souza (2019) compara com o multilateralismo estadunidense, no qual o autor é bem mais favorável (SOUZA, 2019, p. 448-449):

“a liderança dos EUA é exercida por meio de soft power, acordos de compromisso e convencimento, em vez de imposição. Essa visão propõe uma liderança baseada no diálogo e na cooperação, onde os EUA atuam como o membro mais importante entre iguais, em vez de um "ditador poderoso". Essa abordagem busca equilibrar as relações internacionais, promovendo uma ordem global mais inclusiva e menos centralizada”.

Souza (2019) critica mais uma vez a abordagem de Dugin, sendo vista como um "geopolitismo" que transforma todos os fenômenos em torno de suas premissas, utilizando teorias clássicas de forma seletiva para justificar sua visão. Ele atribui à geopolítica um caráter quase transcendente, alinhado à Ideia Russa e ao messianismo da Terceira Roma, reforçando a ideia de um destino especial para a Rússia. Souza (2019) discute a complexidade ideológica de Aleksandr Dugin e seu papel na formulação do eurasianismo como uma ideologia híbrida, capaz de agregar elementos da extrema-direita e da esquerda radical. Segundo Laruelle (2019), a base doutrinária do pensamento de Dugin é fortemente influenciada por ideologias de extrema-direita, tornando-o um dos principais articuladores do neofascismo russo. Além disso, ele se destaca como um "agregador de ideologias", transitando entre círculos acadêmicos, políticos e radicais, adaptando seu discurso conforme o público-alvo. Glover (1999) aponta que o eurasianismo, em sua formulação contemporânea, conseguiu conciliar elementos contraditórios, como comunismo, ortodoxia religiosa e nacionalismo, tornando-se uma ideologia abrangente que atrai tanto descontentes da esquerda quanto da direita. Tsygankov (2016) classifica Dugin dentro do espectro dos “civilizacionistas socialistas”, um grupo que legitima o expansionismo russo como uma estratégia de segurança nacional. Dentro dessa corrente, os eurasianistas são vistos como herdeiros da doutrina da revolução mundial de Lênin e Trotsky, o que se alinha com as próprias declarações de Dugin sobre sua inclinação ao socialismo (DUGIN apud MORGADO, 2017).

Dessa forma, Souza (2019) evidencia que a ideologia eurasianista, sob a influência de Dugin, atua como um elemento de articulação estratégica na política externa

russe, combinando expansionismo e um discurso que busca legitimar a Rússia como um império geopolítico terrestre.

Essas críticas são contrastadas por Nunes e Silva (2018), que reconhecem as controvérsias, mas defendem que as contribuições de Dugin, embora não sejam isentas de problemas ideológicos, são fundamentais para entender a reconstrução geopolítica da Rússia pós-Guerra Fria, especialmente sob a liderança de Putin. O Neo-Eurasianismo, embora não implementado de forma absoluta, tem sido um alicerce importante para as reformas da Rússia, incluindo a reafirmação da soberania nacional, a resistência à ordem ocidental e a busca por uma multipolaridade nas relações internacionais.

Figura 2- Bandeira do movimento neo-eurasiano:



Fonte: <https://novaresistencia.org/2020/10/06/o-seculo-eurasiano-ja-comecou/>

De acordo com Lopes, Azevedo e Campos (2017), há uma necessidade de maior estudo da teoria neo-eurasiana, uma vez que o Neo-Eurasianismo é o substrato essencial das ações russas na Geórgia, Ucrânia e Síria ao longo da última década, tanto devido à sua aceitação pela elite política daquele país, quanto pelo seu uso

como teoria geopolítica na formação de Oficiais das Forças Armadas. Além disso, Klump (2011), em uma análise para o *Wilson Center*, afirma que o estudo do Neo-Eurasianismo não é interessante apenas para compreender a política externa russa, mas também “ a dinâmica interna daquele país e a influência que essa teoria desfruta em outros movimentos antiocidentais ao redor do mundo” (LOPES; AZEVEDO; CAMPOS, 2017, p. 243).

4. A ascensão do “Império do Mar”

A geopolítica americana acreditava que seu país estava destinado a desempenhar um papel importante na história mundial. Para isso, era necessário criar uma geopolítica americana especial. Foi esse objetivo perseguido por N. Spykman, que publicou a obra *A Estratégia Americana na Política Mundial* em 1942. Em 1943, Mackinder reformulou seu modelo de mundo, no qual o Heartland se fundiu com o Atlântico Norte, sob a liderança da Anglo-América em união com a Bacia do Caribe. Em 1945, publicou, juntamente com Huntington, o trabalho *As Principais Forças da Civilização*. Em 1944 e 1949, publicaram *Bússola do Mundo* e *A Nova Bússola do Mundo*, onde fundamentam a inevitabilidade da guerra entre os EUA e a URSS. O lugar de destaque na geopolítica foi ocupado pela tese da superioridade (predeterminada pelo clima) da civilização ocidental sobre os povos da Eurásia, da faixa descontínua e de outros continentes (SOUZA, 2019).

Os Estados Unidos consolidaram-se como a maior potência político-militar da história, mas nem sempre foi assim. Até a Segunda Guerra Mundial, predominava um forte isolacionismo em sua política externa, influenciado pela visão dos pais fundadores. Apesar disso, já haviam realizado intervenções militares, como a Guerra Hispano-Americana e a construção do Canal do Panamá, consolidando sua hegemonia regional.

Com a Primeira Guerra Mundial, os EUA intervieram decisivamente em 1917, mas, decepcionados com os resultados, retomaram sua postura isolacionista. No entanto, essa neutralidade unilateral e a ausência americana foram determinantes para o não estabelecimento de uma ordem efetiva que incluísse, inclusive, os derrotados, o que acabou por impedir a formação de uma forte aliança dos EUA com outras

potências da época. Isso levou a uma vantagem de oportunidade por parte da Alemanha nazista e do Japão, que emergiram sem uma força contenciosa estabelecida, o que não poderia atrapalhar seus planos expansionistas. “A combinação tóxica dos anos do entre guerras, combinando pacifismo frívolo, desequilíbrio geopolítico e desunião entre aliados, permitia que essas forças atuassem livremente” (KISSINGER, 2014, p. 91). A Segunda Guerra Mundial mudou esse cenário, pois demonstrou que a segurança americana dependia do equilíbrio de poder global.

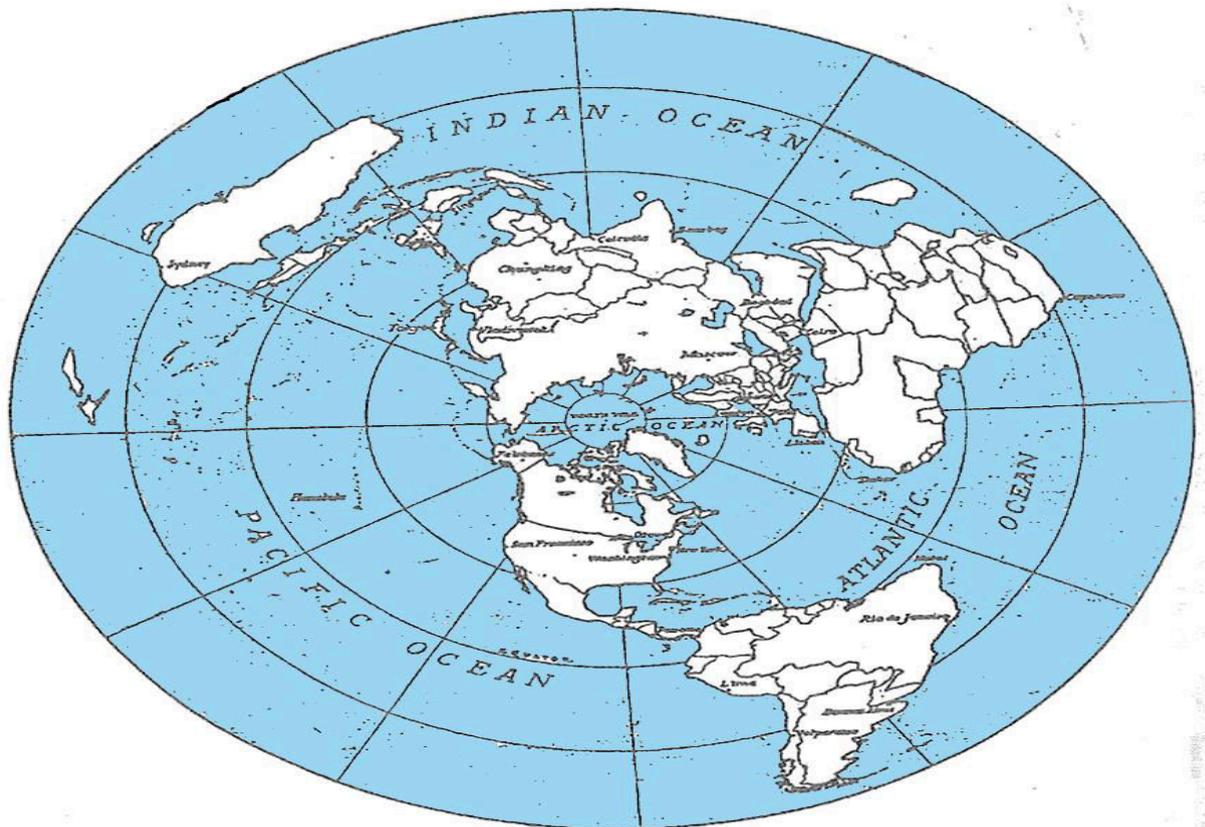
Após 1945, os EUA adotaram uma postura intervencionista permanente. A evolução da tecnologia bélica, especialmente os mísseis, eliminou a segurança proporcionada pelo isolamento geográfico. Dessa forma, os EUA tornaram-se a potência militar predominante, espalhando bases pelo mundo e garantindo sua influência em todas as regiões estratégicas.

4.1. Nicholas Spykman e a doutrina da contenção

O geógrafo Nicholas Spykman (1893-1943) rejeitou o isolacionismo americano, argumentando que a defesa dos EUA não se fazia dentro de suas fronteiras, mas sim na contenção de potências rivais na Eurásia. Inspirado em Halford Mackinder, ele reformulou a teoria do "Heartland", priorizando o controle do "Rimland" — as regiões costeiras da Eurásia — como chave para o equilíbrio de poder global.

Spykman via o Sistema Internacional como um jogo estratégico em que os EUA deveriam impedir o domínio eurasiático por qualquer potência hegemônica. A projeção polar que utilizava demonstrava a proximidade tática entre América do Norte e Eurásia, ressaltando a necessidade de presença militar no exterior para evitar um cerco geopolítico (SPYKMAN, 1942).

Figura 3: Mapa -Projeção polar azimutal equidistante



4.2. A ordem do pós-guerra segundo Spykman

Para manter sua supremacia, os EUA deveriam adotar cinco princípios estratégicos:

1. Hegemonia total no continente americano – Nenhum país da América Latina tinha capacidade de desafiar os EUA, consolidando sua posição dominante.
2. Equilíbrio de poder na Eurásia – A contenção soviética foi garantida por alianças com o Japão, Reino Unido, França e Coreia do Sul, estabelecendo uma rede de contenção na Europa e na Ásia.
3. Sistema Internacional gerido por grandes potências – Esse princípio se materializou na criação da ONU e no Conselho de Segurança.
4. Impedimento de uma federação europeia – Os EUA deveriam evitar uma hegemonia alemã ou um bloco europeu unificado que desafiaria sua influência. A OTAN garantiu esse equilíbrio sob liderança americana.
5. Aliança com o Japão – De inimigo na Segunda Guerra, o Japão tornou-se um aliado estratégico no Pacífico para conter a influência chinesa e soviética.

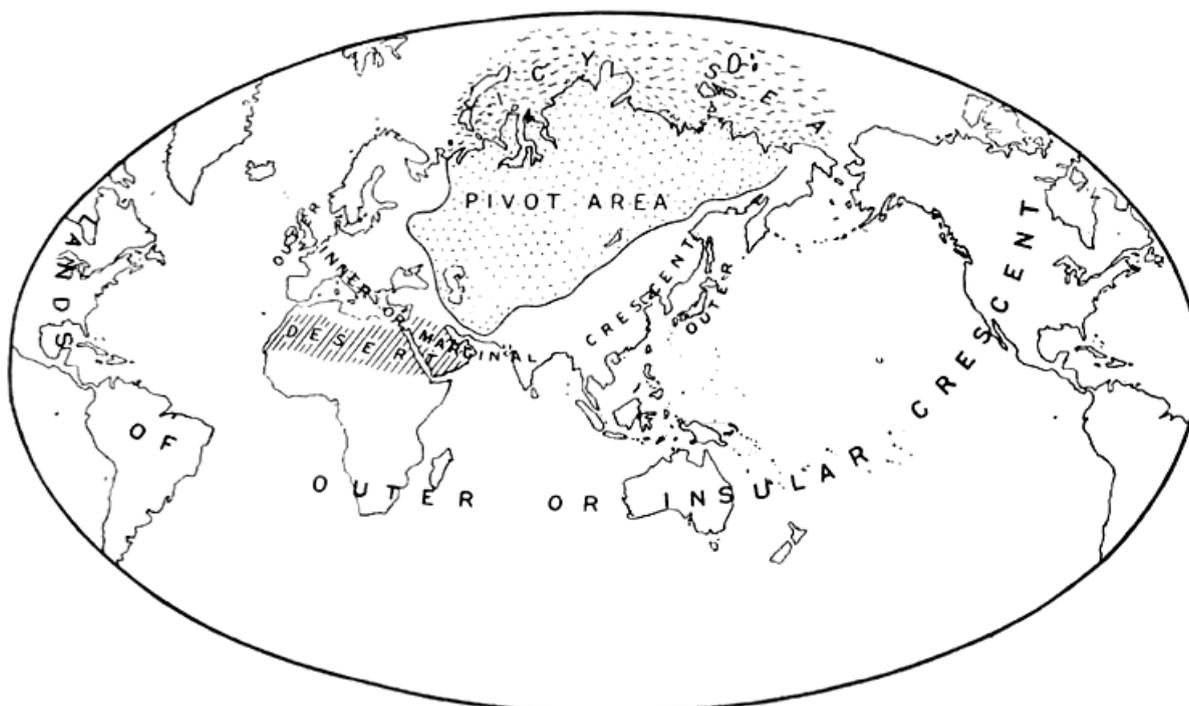
Esses princípios fundamentaram a política externa americana na Guerra Fria e continuam a influenciar suas decisões geopolíticas. O pensamento de Spykman mostrou-se profético ao antecipar a necessidade de uma presença militar global para manter o equilíbrio de poder, garantindo a supremacia dos EUA no cenário internacional.

4.3 Spykman e a Teoria do Rimland: A Geografia da Paz

A proposta de Nicholas Spykman de estabelecer as linhas de defesa dos Estados Unidos nas bordas da Eurásia fundamentou a estratégia geopolítica americana na segunda metade do século XX. Ele reformulou a teoria clássica de Halford Mackinder sobre o Heartland, propondo o conceito de Rimland — uma região tampão entre o poder terrestre (Heartland) e o poder marítimo (potências navais).

Spykman argumentava que o verdadeiro foco da disputa global não era o Heartland, mas o Rimland, onde se concentravam os maiores conflitos geopolíticos. Diferentemente de Mackinder, que apenas sugeriu a possibilidade de um poder emergente no Inner Crescent, Spykman formulou uma teoria estruturada sobre o controle estratégico dessa região. Ele acreditava que o Rimland, devido à sua geografia anfíbia, era a chave para a estabilidade mundial. Segundo Mello (1999, p. 122), “é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança”.

.Figura 4 - Heartland e Inner Crescent de Mackinder:



Fonte: Halford J. Mackinder - "The Geographical Pivot of History", Geographical Journal 23, no. 4 (April 1904)

4.4. O Equilíbrio de Poder e a Aliança com a Rússia

Para Spykman, o poder global se dividia entre três grandes polos: América do Norte, Europa Atlântica e a região costeira do Extremo Oriente (MELLO, 1999, p. 106). Ele contestava a ideia de que o confronto global se dava entre o poder terrestre (Rússia) e o poder marítimo (Reino Unido). Segundo ele, as grandes guerras mostraram que o verdadeiro conflito ocorria no Rimland, onde potências revisionistas desafiavam o equilíbrio mundial.

Por isso, Spykman defendia uma aliança estratégica entre os EUA e a Rússia, visando manter o equilíbrio de poder. A União Soviética, como potência dominante do Heartland, deveria ser utilizada para contrabalançar a Alemanha na Europa e a China no Extremo Oriente, neutralizando ameaças no Rimland. MELLO (1999, p. 126) destaca essa visão ao afirmar:

“Na visão de Spykman, a estratégia de segurança dos EUA deveria pautar-se por uma política de equilíbrio de poder tanto na Europa como na Ásia. Para garantir a existência de forças divididas e compensadas nas duas pontas da Eurásia, era necessário para o

poder naval anglo-americano manter a aliança com o Estado-pivô soviético. Potência dominante do Heartland, somente a Rússia tinha os indispensáveis recursos de poder para equilibrar a Alemanha na Europa e a China no Extremo Oriente, neutralizando assim os principais poderes do Rimland eurasiático."

Spykman sintetizou sua teoria ao parafrasear Mackinder: "Quem controla o Rimland domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo." (MELLO, 1999, p. 128)

4.5. A Influência de Spykman na Política Americana

Durante a Guerra Fria, tanto a teoria de Mackinder quanto a de Spykman foram testadas. Os EUA adotaram uma estratégia híbrida, combinando o equilíbrio de poder regional de Spykman com elementos da contenção do Heartland de Mackinder. MELLO (1999, p. 128) afirma que:

"Nem o clássico equilíbrio de poder regional nem a típica oposição oceanismo versus continentalismo, mas um modelo misto que combinava aspectos essenciais dos dois modelos anteriores. Nesse terceiro modelo, o equilíbrio bipolar e regional do esquema de Spykman foi substituído por um equilíbrio bipolar e mundial, ao passo que o domínio do Heartland da fórmula de Mackinder cedeu lugar ao controle do Rimland como centro nevrálgico da disputa americano-soviética."

Apesar da importância de sua teoria, Spykman enfrentou forte resistência acadêmica, principalmente entre liberais, que rejeitavam seu realismo geopolítico baseado no poder. Colin Gray (2015, p. 878) observa que o livro de Spykman (1942) "enfrentou uma tempestade de protestos, bem como uma antipatia generalizada (sobretudo liberal), da qual ele nunca se recuperou." Segundo ele, muitos acadêmicos "professavam estar chocados com as premissas que embasaram a teoria de Spykman, que privilegiava o poder como principal vetor da ordem internacional" (GRAY, 2015, p. 879).

Um de seus principais críticos foi Edward Mead Earle, que argumentou que seguir a estratégia de Spykman levaria os EUA à ruína. No entanto, a aproximação sino-soviética no pós-guerra validou suas previsões (SOUZA, 2019).

4.6. Spykman e a Doutrina da Contenção

Spykman foi um precursor da teoria da contenção, consolidada mais tarde por George Kennan em seu famoso "Telegrama X" (1947). MELLO (1999, p. 130) sintetiza a doutrina de Kennan:

“É claro que o principal elemento da política norte-americana em relação à União Soviética deve ser a contenção a longo prazo, paciente, porém firme e vigilante, das tendências expansionistas russas.”

Entretanto, as bases geopolíticas dessa contenção já haviam sido formuladas por Spykman em *Geography of the Peace* (1944) (MELLO, 1999, p. 128). Colin Gray (2015, p. 884) destaca a importância de Spykman ao traduzir a geopolítica para uma lógica estratégica compreensível para os americanos:

“Na verdade, Spykman conseguiu para os Estados Unidos e seus dependentes de segurança o que Mackinder não o fez pela Grã-Bretanha. Ele explicou o contexto geopolítico global e seu significado geoestratégico, em termos que não eram difíceis para os americanos entenderem. Ele traduziu a geografia para a moeda do poder. Além disso, ele explicou que o equilíbrio de poder no supercontinente da Eurásia não era o produto benigno de uma misteriosa mão oculta da história, mas precisava ser sustentado por um esforço contínuo e prudente.”

O realismo de Spykman influenciou diretamente as relações internacionais, demonstrando que a geopolítica não deveria se basear em princípios morais, mas sim em pragmatismo estratégico. Sua teoria do poder marítimo circunferencial ao Rimland continua sendo uma ferramenta essencial para entender tanto conflitos quanto períodos de estabilidade. Como apontado por Mello (1999, p. 126), os princípios de Spykman permanecem relevantes, sendo aplicáveis até os dias atuais. Um dos seus seguidores, S. Cohen, chegou a dividir as regiões geopolíticas do mundo em quatro componentes: ambiente marítimo dependente da economia portuária; núcleo continental; cinturão descontínuo ou zonas costeiras; e regiões independentes desses elementos (Marinchenko, 2009). Henry Kissinger também propôs a integração das "zonas costeiras" para garantir o controle sobre a Eurásia e a URSS, utilizando estratégias diferenciadas para cada região. Sua doutrina de

dissuasão nuclear influenciou a localização de arsenais nos países aliados dos EUA (Kissinger, 2014), ambos utilizando conceitos propostos por Spykman.

George Kennan via os soviéticos como estrategistas habilidosos, capazes de se opor até mesmo a movimentos socialistas caso isso representasse um embaraço para o Kremlin. Kennan (1947) destacava a disciplina do Partido Comunista e sua lealdade à infalibilidade do Kremlin, apontando que a verdade dos fatos poderia ser modificada conforme a conveniência. Para conter a influência soviética, ele argumentava que os EUA deveriam aumentar as tensões políticas e impor um maior grau de moderação à URSS.

A teoria da contenção se consolidou com a justificação moral de Kennan e a estrutura geopolítica formulada anteriormente por Nicholas Spykman. Esse conceito culminou na criação da OTAN, em 1949, como aliança defensiva contra a União Soviética. Lord Ismay, primeiro secretário-geral da organização, sintetizou sua função: “manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães sob controle” (Hopkinson, 2001). Mesmo após a Guerra Fria, a OTAN manteve sua relevância, protagonizando ações como a intervenção na Iugoslávia em 1999.

Além do não desmantelamento da OTAN, pelo contrário, da sua expansão no pós-Guerra Fria, duas correntes ideológicas dominaram o pensamento ocidental: o "neo-atlantismo" de S. Huntington e "o fim da história" de F. Fukuyama. Huntington argumentava que a vitória ocidental não era definitiva e que a diferença civilizacional entre o Ocidente e o Oriente persistia. Ele previa o ressurgimento de civilizações como a eslavo-ortodoxa, confucionista, islâmica e hindu, conduzindo a novos conflitos geopolíticos. A doutrina de Huntington destacava a necessidade de o Ocidente se preparar para esses desafios, prevenindo a consolidação de alianças antiatlânticas e assegurando a manutenção da hegemonia global.

O alargamento da OTAN para o Leste Europeu foi percebido pela Rússia como uma ameaça direta aos seus interesses nacionais. A política pró-Ocidente da Rússia pós-soviética, liderada por Kozyrev, encontrou forte oposição interna, pois muitos russos viam sua postura como submissão aos interesses ocidentais (Baranovsky, 2000). O bombardeio da Iugoslávia pela OTAN, sem considerar as objeções russas,

reforçou essa percepção e levou à reestruturação militar da Rússia, consolidando a desconfiança mútua.

A presença dos EUA na Europa pós-Guerra Fria continuou a ser defendida sob a justificativa de que os europeus não poderiam se defender sozinhos contra ameaças externas (Hopkinson, 2001). No entanto, críticos argumentavam que essa presença não era mais necessária, dado o fim da URSS. O alargamento da OTAN, em vez de buscar uma cooperação estratégica com a Rússia, intensificou sua rivalidade com o Ocidente, empurrando-a para uma maior aliança com a China. Spykman (1942) já alertava que a fragmentação do Rimland poderia gerar desafios ao equilíbrio de poder global, algo que se concretiza na atual geopolítica internacional.

5. Metodologia

Com o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, o cenário internacional passou por uma reconfiguração. Segundo Brzezinski (1997), no período pós-colapso soviético, Boris Yeltsin adotou uma postura pró-Ocidente, defendendo que a Rússia deveria integrar-se ao modelo ocidental e seguir seus princípios para o desenvolvimento interno. Esse posicionamento fortaleceu a hegemonia dos Estados Unidos, consolidando seu papel de “rules writer” no sistema internacional, enquanto a Rússia era vista como uma potência em declínio.

No entanto, conforme aponta Héric Manuel (2018), a ascensão de Vladimir Putin ao poder trouxe uma reformulação da política externa russa, marcada por um pragmatismo assertivo e multivetorial. Essa mudança permitiu à Rússia recuperar seu status de grande potência e contestar a ordem unipolar dominada pelos Estados Unidos. Sob a liderança de Putin, o país passou a desempenhar um papel estratégico na política global, reafirmando sua influência e promovendo um cenário multipolar. Segundo Héric Manuel (2018), Putin não aceitou ser o símbolo da humilhação russa e, com um governo de “punho de ferro”, representou para o povo russo uma figura paternalista e protetora.

No contexto dessa virada, a proeminência das escolas geopolíticas russas, principalmente a neoeurasiana, influenciaram a reformulação da política externa por

Putin. No entanto, já antes da ascensão de Putin, a política externa russa começou a passar por mudanças significativas com Yevgeny Primakov, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1996 e 1999. Primakov buscou reequilibrar as relações da Rússia com o Ocidente, fortalecendo sua presença no Oriente Médio e na América Latina. Conforme destaca Jubran (2015, p. 85), ele reconheceu o potencial econômico e político da América Latina, promovendo visitas estratégicas à região entre 1996 e 1997, abrangendo países como Cuba, Venezuela, México, Brasil, Argentina, Costa Rica e Colômbia.

Em vista desse reconhecimento político e econômico do nosso continente pela Rússia, a metodologia deste trabalho foi concebida com o objetivo de responder às perguntas centrais da pesquisa, que envolvem a análise do expansionismo geopolítico russo na América Latina, especialmente no Brasil, bem como a forma como os Estados Unidos articulam uma política de contenção para neutralizar essa influência. Com base nisso, o referencial teórico escolhido do trabalho foi o das escolas clássicas da geopolítica — como Mackinder e Spykman — e o neo-urasianismo como referencial teórico que orientou diretamente os recortes empíricos e analíticos do trabalho. Por exemplo, a noção de Heartland influenciou a análise da presença estratégica russa no continente sul-americano, enquanto a leitura neo-urasianista fundamentou a interpretação da inserção da Rússia como potência revisionista na ordem global. Por conseguinte, é importante fazer uma análise a partir desse referencial teórico trazendo ao trabalho os métodos de análise qualitativa, exploratória e descritiva; qualitativa: interpretar fenômenos e compreender a lógica por trás da atuação da Rússia na América Latina, especialmente no Brasil, com base em especialistas, documentos oficiais e análises geopolíticas; exploratória: exame de um tema relativamente recente e em constante evolução, levantando hipóteses e questões que possam contribuir para a literatura acadêmica sobre a geopolítica russa na região; descritiva: analisa e descreve dados concretos das relações econômicas, comerciais e políticas entre Brasil e Rússia, enfatizando tendências e mudanças nos últimos anos.

A abordagem qualitativa foi central para a pesquisa, pois permitiu analisar a atuação da Rússia e dos Estados Unidos não apenas por meio de dados quantitativos, mas também pela interpretação dos discursos, estratégias e documentos políticos. Essa

abordagem permitiu captar a lógica por trás das ações russas, guiadas por doutrinas como o neo-eurasianismo — corrente geopolítica que defende a restauração da influência russa sobre áreas estratégicas e a formação de um mundo multipolar —, bem como compreender os fundamentos da política de contenção estadunidense, com base em sanções, alianças estratégicas e presença militar. Assim, a abordagem qualitativa adota uma perspectiva interpretativista, partindo do pressuposto de que os fenômenos políticos e geopolíticos não podem ser compreendidos apenas pela objetividade dos dados, mas requerem a interpretação de discursos, contextos históricos e dinâmicas simbólicas. Seguindo esses pressupostos, fiz a aplicação de três técnicas específicas de análise: Análise de conteúdo, utilizada para examinar discursos políticos, documentos diplomáticos e publicações oficiais, com foco na identificação de narrativas e categorias temáticas como cooperação econômica, segurança e defesa, energia, diplomacia multilateral e projeção de poder. Análise comparativa, aplicada para cotejar a atuação russa no Brasil com sua presença em outros países latino-americanos, como Venezuela, Cuba, Argentina e Nicarágua. Isso permitiu identificar padrões de atuação, interesses estratégicos e as diferentes respostas dos Estados Unidos a essa presença. Estudo de caso, com o Brasil como foco principal. O país foi escolhido por ser a maior economia da América Latina, membro dos BRICS e ator estratégico no Atlântico Sul, o que o torna peça-chave na disputa geopolítica entre Rússia e Estados Unidos. O estudo considerou aspectos como os setores de cooperação (energia, agronegócio, defesa), os efeitos das sanções à Rússia no comércio bilateral e os impactos da guerra na Ucrânia nas relações Brasil-Rússia.

No estudo de caso do Brasil, foi estruturado a partir dos dados extraídos por meio da análise documental e da análise de conteúdo, permitindo uma triangulação metodológica. A análise comparativa, por sua vez, foi empregada como instrumento de contextualização, servindo para contrastar o caso brasileiro com outros países da América Latina, revelando padrões comuns e particularidades. Essa articulação entre métodos garante robustez às inferências, evitando conclusões isoladas e promovendo uma visão mais holística da atuação russa e da política de contenção estadunidense.

A natureza exploratória da pesquisa justifica-se pela complexidade e pela contemporaneidade do tema, que envolve múltiplos atores e contextos em constante transformação. O avanço da presença russa na América Latina, intensificado nas últimas décadas, ainda é um campo relativamente recente de estudo, especialmente no contexto brasileiro, e ainda com pouca literatura dedicada sobre o tema, o que exigiu a formulação de hipóteses e o levantamento de novas questões para ampliar a compreensão do fenômeno.

O caráter descritivo da pesquisa permitiu analisar os dados empíricos disponíveis sobre as relações entre Brasil e Rússia, com ênfase em comércio, investimentos, defesa e cooperação estratégica. A descrição detalhada desses dados possibilitou observar padrões, tendências e mudanças ao longo do tempo, especialmente no contexto pós-Guerra Fria e, mais recentemente, após o início da guerra na Ucrânia e a intensificação das sanções ocidentais à Rússia. Foram utilizados três métodos principais de coleta e análise de dados: Pesquisa bibliográfica, com base em obras clássicas e contemporâneas da geopolítica, como Mackinder, Spykman, Brzezinski e autores russos como Aleksandr Dugin, bem como estudos sobre o pensamento geopolítico russo e a doutrina neo-eurasianista. Também foram utilizadas publicações acadêmicas sobre a política externa russa, a atuação dos Estados Unidos na América Latina e os impactos dessa disputa nos países da região. Análise documental, voltada ao exame de fontes primárias, como tratados e acordos bilaterais entre Brasil e Rússia, comunicados oficiais, relatórios diplomáticos, documentos estratégicos como a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil, além de discursos de autoridades russas e brasileiras. Também foram analisados documentos empresariais de empresas russas com atuação no Brasil, como Rosneft, Gazprom e Rosatom, o que permitiu mapear os setores de cooperação e presença econômica russa. Levantamento de dados secundários, obtidos de fontes como o Ministério da Economia, Banco Central do Brasil, Comtrade (ONU), Banco Mundial e ApexBrasil. Esses dados permitiram analisar os fluxos comerciais, os investimentos estrangeiros diretos e os setores estratégicos envolvidos na relação Brasil-Rússia.

A validade interna da pesquisa foi assegurada por meio da triangulação metodológica entre as análises de leitura bibliográfica, documental e comparativa, favorecendo uma convergência robusta de evidências empíricas de distintas naturezas. Já a confiabilidade foi buscada por meio da sistematização dos critérios de categorização na análise de conteúdo e da adoção de fontes primárias e secundárias com reconhecida credibilidade acadêmica ou institucional.

A abordagem adotada foi indutiva, partindo da coleta de informações empíricas (dados comerciais, investimentos, tratados diplomáticos) para a formulação de interpretações sobre a atuação russa no Brasil e na América Latina. Igualmente importante também entender a política de contenção aplicada pelos Estados Unidos na América Latina, considerando como essa estratégia busca limitar a influência russa e consolidar a hegemonia estadunidense na região. Para responder à pergunta sobre como os Estados Unidos reagem ao avanço russo na região, o trabalho utilizou dados sobre sanções, estratégias de contenção, pressões diplomáticas e o fortalecimento de alianças militares e econômicas com países latino-americanos. Essa análise foi feita com base em documentos oficiais, relatórios de política externa dos EUA e literatura acadêmica sobre a doutrina de contenção.

6. América Latina no cenário internacional.

O pós-Guerra Fria evidencia a transição de um mundo unipolar, dominado pelos Estados Unidos, para um sistema internacional mais fragmentado e disputado. Como argumenta Gaspar (2023), "a brevidade do intervalo unipolar confirma a força do sistema de Estados e a resistência coletiva a uma mudança de natureza do sistema. Nesse sentido, o império norte-americano nunca existiu e nem o fim da história, nem o choque das civilizações, puderam transcender a ordem vestefaliana". Isso implica que, apesar da predominância dos Estados Unidos, as dinâmicas regionais e globais continuam sendo influenciadas por outros atores, incluindo a Rússia e a China.

Com essas mudanças significativas no globo, a posição da América Latina na política mundial ficou em destaque, assim como a importância do avanço dos

processos de integração da região. Contudo, a análise da relação entre regionalismo e geopolítica é relativamente recente. Entendida como as implicações dos fatores geográficos no desenvolvimento e evolução dos povos, o estudo da geopolítica na América Latina apresenta diferenças, dependendo do espaço geográfico em que o conceito começou a ser construído. Ou seja, a evolução da disciplina e do pensamento geopolítico não foi homogênea na região (PERALTA, 2023).

Por mais que seja uma região que desempenhou um papel fundamental na política de contenção na Guerra Fria e também por ser uma região americana — me referindo não só ao continente, mas também aos EUA —, há muita dificuldade em encontrar materiais que abordem as geoestratégias russas e as políticas expansionistas russas na região, salvo raras exceções, como Venezuela e Cuba, países que têm uma aliança contra os EUA.

Contudo, nos últimos anos houve avanços tanto no campo acadêmico quanto nas relações entre a Rússia e países da América Latina. A escalada na luta pelo poder entre as principais potências internacionais, a divisão entre o bloco continental e a aliança marítima, e a natureza sistêmica da competição entre os Estados Unidos e a Rússia transformam o mapa geopolítico da ordem liberal e da globalização, evidenciando ainda mais a importância da América Latina nessa disputa.

Na lógica do encolhimento estratégico estadunidense, segundo Gonçalves (2014), a formação do BRICS em 2006 foi uma expressão política do mundo multipolar defendido pela Rússia. O bloco, baseado nas projeções de O'Neill (2001), emergiu da previsão de que Brasil, Rússia, Índia e China alcançariam, em aproximadamente uma década, um patamar econômico semelhante ao dos países do G7, o que exigiria mudanças na ordem econômica internacional para acomodar seus interesses. Gonçalves (2014) ainda destaca que a aproximação desses países já era prevista por estudiosos das relações internacionais, devido às suas características comuns, como grandes extensões territoriais, populações numerosas e desigualdades sociais e regionais. Além disso, compartilham o desafio de atuar em um sistema internacional estruturado para favorecer as economias desenvolvidas. Nesse contexto, o BRICS representa não apenas um bloco econômico, mas também um movimento político para redefinir a governança global

e ampliar a influência dos países emergentes no cenário internacional (GONÇALVES, 2014). Portanto, o Brasil, membro permanente do BRICS, gozaria de certo prestígio no Kremlin, onde os russos veem com bons olhos uma maior aproximação com o país, por este ser o maior abaixo da linha do Equador e uma potência regional, podendo se tornar um futuro parceiro estratégico do Kremlin e uma ponte para relações de países da região.

Gonçalves (2014) analisa a geopolítica da América do Sul no contexto da disputa entre os BRICS e a OTAN, destacando a relevância da integração regional e a crescente importância estratégica do Atlântico Sul. A ascensão de governos de centro-esquerda nos anos 2000 foi uma resposta às falhas das políticas neoliberais da década de 1990, impulsionando um novo ciclo de cooperação regional por meio de instituições como o MERCOSUL e a UNASUL. Além do fortalecimento do comércio intrarregional, a integração política e econômica tornou-se uma estratégia para reduzir a influência externa, particularmente dos Estados Unidos, que historicamente mantiveram sua hegemonia na região por meio da Doutrina de Segurança Hemisférica e da Política de Contenção do Comunismo.

Durante a Guerra Fria, os EUA consolidaram seu domínio na América do Sul ao promover a Doutrina de Contenção, que justificava intervenções diretas e indiretas para evitar a expansão do comunismo na região. A Escola das Américas foi um dos principais instrumentos dessa política, treinando militares sul-americanos com base em uma ideologia anticomunista que serviu de fundamento para regimes ditatoriais e repressivos. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos reformularam sua abordagem, substituindo a ameaça comunista por novos desafios, como narcotráfico, terrorismo e tráfico de pessoas, mas mantendo sua influência por meio do TIAR e de acordos militares bilaterais.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL representou uma ruptura com essa dependência histórica, promovendo um modelo de segurança regional autônomo. Embora não tenha o objetivo de criar uma força militar conjunta, o conselho busca estimular o diálogo e a cooperação entre os países da América do Sul, aumentando a transparência, reduzindo conflitos e fortalecendo a indústria bélica regional.

Além disso, Gonçalves (2014) ressalta que o fortalecimento das relações da América do Sul com países como China e Rússia indica uma reconfiguração geopolítica que desafia a tradicional influência ocidental, consequência de um encolhimento estratégico norte-americano e da crise financeira global de 2008, que enfraqueceram os EUA, abrindo espaço para novos desafios à ordem liberal estabelecida. A "crise do sistema financeiro mundial, que precede a crise da moeda única europeia, confirma a percepção externa do declínio ocidental" (GASPAR, 2023), fortalecendo a posição de potências rivais dos EUA, como a China e a Rússia.

A ampliação da cooperação econômica e tecnológica com esses atores demonstra que a região está buscando alternativas para reduzir sua vulnerabilidade frente às potências tradicionais e, portanto, não ser fragmentada como os países árabes, pelo avanço da OTAN, como a Síria e a Líbia.

“A América do Sul tem sido igualmente palco desse intenso jogo político-estratégico envolvendo BRICS e OTAN, embora, obviamente, as condições sejam muito diferentes daquelas do Oriente Médio. Na América do Sul não há condições de a OTAN praticar a política de fragmentação mediante exploração de diferenças religiosas e tribais” (GONÇALVES, p.64.2014).

Assim, a integração regional e a formulação de políticas autônomas de defesa são fundamentais para garantir a soberania da América do Sul, não somente dela, mas de toda América Latina no cenário global.

6.1. Históricas das Relações Rússia-América Latina e a zona de influência dos EUA

A relação da Rússia com a América Latina remonta ao século XIX, quando o Império Russo demonstrava interesse geopolítico na região. Historicamente, à medida que o poder econômico, militar, financeiro e o peso político dos Estados Unidos se fortaleceram, a América Latina caiu sob sua influência, sendo gradualmente atraída para seu campo geopolítico. Portanto, ainda hoje, os Estados Unidos ocupam uma posição hegemônica na maioria dos países deste continente.

Os Estados Unidos começaram a "limpar" os latino-americanos na primeira parte do século XIX. No final de 1823, o presidente dos Estados Unidos, J. Monroe, dirigiu-se ao Congresso com uma mensagem especial, que foi o resultado da generalização e desenvolvimento da teoria e prática da política externa dos EUA e foi chamada de Doutrina Monroe. Esta doutrina foi desenvolvida em reuniões do governo americano em resposta aos rumores da ameaça de intervenção da Santa Aliança (Rússia, Áustria, Prússia) na América Latina, a fim de restaurar o antigo domínio da Espanha sobre suas colônias americanas. Segundo Marinchenko (2009), tal pretexto rebuscado foi usado pelos Estados Unidos para afirmar sua hegemonia no sul da Lusharia. No § 7º da doutrina, foi proposto e desenvolvido o seguinte princípio: "Os continentes americanos, tendo em vista a posição livre e independente que alcançaram e que preservaram, não devem mais ser considerados como objeto de futura colonização por qualquer potência europeia" (MARINCHENKO, 2009, p. 433). E os §§ 48 e 49 justificavam o princípio de dividir o mundo em sistemas europeus e americanos. A doutrina enfatizou que qualquer tentativa por parte da Santa Aliança (aliança política e militar entre a Rússia, Áustria e a Prússia, assinada em 1815, com o objetivo de restaurar a ordem política e social da Europa após as Guerras Napoleônicas) "de estender seu sistema a qualquer parte de nosso hemisfério é perigosa para nossa paz e segurança", o que justificava teoricamente os "direitos preferenciais" dos Estados Unidos no continente americano (MARINCHENKO, 2009, p. 434). Os "direitos preferenciais" dos Estados Unidos, proclamados no documento de Monroe, foram realizados em 1824-1826 contra Cuba e Porto Rico, quando os americanos subjugarão os cubanos e porto-riquenhos com as forças da Colômbia e do México. Na década de 1840, os americanos tomaram o Texas, Oregon e Califórnia do México como um sinal de "gratidão" por seus esforços para escravizar Cuba. Marinchenko (2009) complementa criticando a postura expansionista dos EUA:

Mais de 150 anos depois, os Estados Unidos, agindo exatamente da mesma forma, primeiro organizam um "Estado independente", seja na América Latina, na África, nos Bálcãs, no Leste Europeu ou em outra parte geopolítica do mundo, e depois introduzem suas tropas de "manutenção da paz" lá, implementando a chamada iniciativa humanitária. Os Estados Unidos anunciaram sua decisão de exercer as funções de uma "força

policia internacional" (primeiro em relação aos países latino-americanos) já em 1895 (a doutrina do Secretário de Estado R. Olney), confirmada em 1904, quando o presidente T. Roosevelt afirmou sem rodeios que, no Hemisfério Ocidental, o compromisso dos Estados Unidos com a Doutrina Monroe poderia forçá-los a desempenhar as funções de uma "força política internacional" em caso de agitação interna e impotência nos países latino-americanos (MARINCHENKO, p. 435, 2009).

Junto com a Doutrina Monroe outra doutrina de grande importância na fundamentação messiânica é o Destino Manifesto, que sustentava que os Estados Unidos tinham a responsabilidade de expandir-se para o oeste para levar a democracia e a civilização às comunidades mais atrasadas. Essas duas doutrinas realizavam essa função, os Estados Unidos no início do século XX organizaram inúmeras intervenções em Cuba, México, Haiti, em meados do século - na República Dominicana, Nicarágua, no final - em Granada, Panamá e outros países. Da década de 1950 até o final do segundo milênio, a interferência norte-americana na vida desses países, assim como de outros países do continente, praticamente não parou:

"o crescente movimento de libertação nacional na América Latina foi dirigido principalmente contra o vizinho do norte sem cerimônia e seus capangas. "Somoza é filho da puta, mas nosso filho da puta", disse certa vez o presidente americano Franklin D. Roosevelt (A. Somosa é o ex-ditador da Nicarágua; ele e seu filho governaram o país de 1936 a 1979 com o apoio dos Estados Unidos)" (MARINCHENKO, p. 437, 2009)..

A maioria dos latino-americanos tem uma forte visão negativa da Doutrina Monroe. De acordo com o ex-presidente de Honduras, P. Bonilla, mesmo "a menção a isso (...) Doutrina é considerada na América Latina uma afronta à sua dignidade e à sua soberania e, ao mesmo tempo, uma ameaça à sua independência" (MARINCHENKO, 2009, p. 438).

Segundo Jorge Contreras Peralta (2023), ao analisar a política externa dos Estados Unidos para a América Latina, destaca-se o uso estratégico de diferentes abordagens de poder ao longo da história. "A política externa norte-americana combinou poder duro, suave e inteligente conforme os objetivos específicos em cada contexto" (PERALTA, 2023, p. 10). O poder duro envolveu o uso da força

militar e sanções econômicas, como exemplificado pela Política do Big Stick, adotada por Theodore Roosevelt (1901-1909). No entanto, essa estratégia foi complementada pela Política da Boa Vizinhança (1933), implementada por Franklin D. Roosevelt, que priorizou cooperação e comércio em vez de coerção. O poder brando (soft power) foi empregado por meio de programas de ajuda econômica e técnica, além da promoção de valores democráticos, visando fortalecer as relações de confiança e a influência norte-americana na América Latina. No contexto da Guerra Fria, os EUA aplicaram a Doutrina Truman (1947), que visava conter o comunismo por meio de assistência econômica e militar, estendendo-se também à América Latina. Essa estratégia se materializou em iniciativas como a Aliança para o Progresso, que destinou recursos para projetos sociais na região. Posteriormente, a Doutrina Nixon (1969) consolidou uma abordagem mais indireta, promovendo apoio econômico e militar a aliados sem o envio de tropas terrestres (PERALTA, 2023). No período pós-Guerra Fria, a política externa norte-americana passou por adaptações. A promoção da democracia e dos direitos humanos tornou-se um elemento central, aumentando a pressão sobre governos latino-americanos para aderirem a esses princípios. Paralelamente, as questões de segurança continuaram na agenda, com o foco deslocando-se do combate ao comunismo para o enfrentamento do crime organizado transnacional, especialmente o narcotráfico e o terrorismo. Dessa forma, a cooperação regional ganhou destaque como estratégia para consolidar a influência dos Estados Unidos na América Latina (PERALTA, 2023). Assim, a política externa dos EUA na América Latina oscilou entre diferentes formas de influência, sempre visando garantir sua presença estratégica na região.

Durante a Guerra Fria, a União Soviética buscou expandir sua influência no hemisfério ocidental, apoiando regimes e movimentos revolucionários alinhados com a ideologia socialista, como Cuba e Nicarágua. Com o colapso da União Soviética em 1991, a Rússia passou por um período de retração geopolítica, focando em questões internas. Entretanto, a partir do governo de Vladimir Putin, especialmente no século XXI, Moscou retomou uma política externa mais ativa na América Latina, estabelecendo relações econômicas, militares e políticas com diversos países da região.

6.2. Estratégias Russas na América Latina e empecilhos

Nas últimas décadas, segundo Marinchenko (2009), a América Latina passou por um significativo deslocamento político em direção à esquerda, impulsionado, em grande parte, pela insatisfação popular com políticas neoliberais e pela busca por maior autonomia em relação aos Estados Unidos. Esse fenômeno tem sido observado em países como Venezuela, Bolívia, Brasil e Argentina, onde governos progressistas ascenderam ao poder com promessas de redistribuição de renda, fortalecimento do Estado e nacionalização de setores estratégicos da economia. Esse contexto abriu espaço para novas alianças internacionais, nas quais a Rússia se consolidou como um ator relevante. Assim, os alinhamentos regionais na América do Sul também são influenciados pelo contexto político que os circunda, especialmente com a ascensão de governos populistas de esquerda no Brasil, Chile e Bolívia, que reforçam uma postura não alinhada. Enquanto isso, países como Equador, Argentina e Paraguai mantêm uma linha mais conservadora, e o regime venezuelano segue alinhado com a Rússia e a China (GASPAR, 2023). Essa diversidade de posicionamentos reflete a busca das potências regionais por autonomia estratégica diante da crescente bipolarização global entre os Estados Unidos e seus aliados ocidentais e o bloco sino-russo. O Brasil tenta tirar partido da virada esquerdista na maior parte dos governos regionais para consolidar uma linha anti-americana e defender a "neutralidade colaborante" com a coalizão revisionista dirigida pela China e Rússia (GASPAR, 2023). Entretanto, essa estratégia não significa um alinhamento automático com a China ou a Rússia, mas sim uma tentativa de expandir sua influência regional e diversificar suas parcerias econômicas e estratégicas. Como enfatiza Gaspar (2023), a América do Sul enfrenta dilemas de posicionamento internacional, oscilando entre uma relação pragmática com os Estados Unidos e uma aproximação cautelosa ao bloco sino-russo.

Neste contexto da retomada da relevância como potência, a Rússia tem reforçado sua presença na América Latina ao longo das últimas décadas, retomando laços históricos da época da União Soviética. Conforme destaca Albuquerque (2020), esse processo teve início com a visita de Vladimir Putin a Cuba em 2000, fortalecendo a relação com o governo de Fidel Castro. No início do século XXI,

essas relações foram ampliadas e aprofundadas, com visitas de Putin ao México em 2004 e de líderes latino-americanos, como Hugo Chávez (2002), Ricardo Lagos e Fernando Henrique Cardoso (2002), à Rússia. As parcerias russas na região se desenvolveram em diversas frentes, desde a econômica, como o perdão da dívida cubana da Guerra Fria, até a política e militar, exemplificada pelo apoio ao regime de Nicolás Maduro na Venezuela e pela venda de armamentos para países latino-americanos, que em 2007 representavam 14% das exportações bélicas russas (ALBUQUERQUE, 2020). Essas iniciativas demonstram o interesse russo em consolidar sua influência na região, desafiando a hegemonia dos Estados Unidos.

De acordo com Marinchenko (2009) e Peralta (2023), as estratégias russas na América Latina são multifacetadas e envolvem áreas como cooperação econômica, venda de armamentos, influência política e presença midiática. Entre os principais instrumentos utilizados pela Rússia na região, destacam-se: Comércio e investimentos, Venda de armamentos e Diplomacia e parcerias estratégicas, Mídia e guerra de informação. A partir dessas estratégias, a Rússia tem consolidado uma presença relevante na América Latina, reforçando laços diplomáticos e econômicos com diversos países, incluindo o Brasil.

Entre os governos de esquerda na América Latina que se alinharam à Rússia, a Venezuela, sob o governo de Hugo Chávez e, posteriormente, de Nicolás Maduro, destacou-se como um dos principais parceiros da Rússia na América Latina. A aliança entre Moscou e Caracas se fortaleceu por meio de acordos energéticos, militares e financeiros. A estatal petrolífera russa Rosneft investiu pesadamente na indústria petrolífera venezuelana, garantindo à Rússia uma posição estratégica no setor energético da região. Além disso, a Venezuela adquiriu armamentos russos avançados e estabeleceu cooperação em áreas como inteligência e segurança, em um movimento que desafiou a influência histórica dos Estados Unidos na região. Na Bolívia, o governo de Evo Morales seguiu uma trajetória semelhante, nacionalizando recursos naturais e fortalecendo o papel do Estado na economia. Moscou apoiou essas iniciativas por meio de investimentos em infraestrutura energética, especialmente no setor de gás natural, e na exportação de armamentos. A presença russa no país andino reforçou o afastamento da Bolívia da influência

norte-americana, particularmente após a expulsão da DEA (Agência Antidrogas dos EUA) e da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Segundo Albuquerque (2020), a Rosatom, responsável pela energia nuclear russa, também estabeleceu um acordo com a Bolívia para o desenvolvimento de tecnologia nuclear, com um centro de pesquisa sendo construído em El Alto. No entanto, a maior inserção russa na região envolve, principalmente, a venda de armamentos, que passou de 1,24 bilhões de dólares em 2005 para 6,34 bilhões em 2012, com um pico de 14% das exportações totais de armas da Rússia (ALBUQUERQUE, 2020).

O impacto da cooperação russa é evidenciado pelo apoio militar à Venezuela, que se intensificou com o governo de Nicolás Maduro. A Rússia não apenas forneceu armamentos e equipamentos militares, mas também tem sido um aliado estratégico do governo venezuelano, especialmente durante a crise política e econômica que envolveu o reconhecimento de Juan Guaidó pelos Estados Unidos e outros países. A visita de bombardeiros estratégicos Tupolev 160 à Venezuela em 2018 representou uma clara demonstração de apoio militar, além de uma estratégia de dissuasão contra possíveis intervenções estrangeiras (BBC, 2018b). Em termos geopolíticos, a presença russa na Venezuela e em outros países da região visa enfraquecer a influência norte-americana, proporcionando uma alternativa ao modelo de combate ao tráfico de drogas promovido pelos EUA. A interação entre os países da América Central e Moscou pode tornar os EUA mais maleáveis nas negociações sobre o tráfico de drogas afegãs. Segundo Rusakova (2012), isso é bom para a Rússia. Isso porque, em relação à heroína, a Rússia defende a destruição total das plantações de papoula e dos laboratórios de produção de drogas, enquanto os EUA, para não agravar as relações com a população local e garantir sua presença duradoura na região, defendem apenas o reforço das fronteiras dos países vizinhos para evitar a circulação de drogas. Rusakova (2012) afirma que a cooperação com a América Central pode ajudar a Rússia a pressionar os EUA nas negociações sobre o tráfico de drogas, mostrando uma tentativa de Moscou de expandir sua presença na região, historicamente considerada como “quintal” dos Estados Unidos. Essa rivalidade geopolítica foi reforçada pela Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (2017), que acusa a Rússia de buscar

expandir sua presença militar e política na América Latina (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017).

A Nicarágua tem sido um ponto estratégico de influência russa, com acordos firmados para o treinamento de militares nicaraguenses e cooperação no combate ao tráfico de drogas. No ponto de vista de Albuquerque (2020), a presença de tropas russas na Nicarágua, bem como a doação de equipamentos militares, como tanques T-72B1, reforça a projeção da Rússia no Caribe. A estratégia de Moscou envolve o fornecimento inicial de armamentos, seguido por produtos econômicos e, finalmente, uma busca por influência política através da diplomacia e da mídia.

A Rússia tem se destacado na América Latina, principalmente por meio de campanhas de desinformação e pela crescente ingerência política, com o objetivo de desestabilizar a região e promover regimes autocráticos, como os de Cuba, Venezuela e Nicarágua (ALBUQUERQUE, 2020). O Almirante Faller acusou Moscou de agir de forma semelhante ao resto do mundo, tentando semear a discórdia e minar a confiança entre os países latino-americanos (AGÊNCIA EFE, 2019). Além disso, em 2019, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, afirmou que a Grã-Bretanha e a Guiana estariam planejando uma intervenção militar na Venezuela, ao construir uma base militar na região contestada do Rio Esequibo (OTÁLVORA, 2020). Quando países liderados pelos EUA tentaram enviar ajuda humanitária à Venezuela, Zakharova alegou que a operação tinha o propósito oculto de justificar uma ação militar. Segundo a agência de notícias Reuters, cerca de 400 mercenários do Wagner Group estão atuando na Venezuela. Segundo a reportagem, a principal missão dos paramilitares é a de proteger o presidente Nicolás Maduro de qualquer tentativa de golpe, vindo da oposição ou de suas próprias forças de segurança. (TSVETKOVA e ZVEREV, 2019).

A crescente presença russa na região também envolve interesses militares diretos, como a tentativa de instalar uma base naval na Venezuela. Em 2019, o acordo entre o ministro da Defesa venezuelano, Vladimir Padrino, e o equivalente russo, Serguei Shoigu, visou permitir o envio de navios de combate das duas nações para atividades conjuntas. O plano incluía a instalação de uma base naval na ilha de Orchila, a 1.500 km da Flórida, no centro de uma possível intervenção dos EUA

(ESTADÃO, 2019). A instalação de uma base aérea também está prevista no planejamento russo, como parte de uma estratégia mais ampla de ativação do Comando de Aviação de Longo Alcance, com áreas ao redor do mundo para abrigar hangares, armazéns e estações de comunicação.

Esse tipo de projeção internacional da Rússia não é um fenômeno novo. Um exemplo histórico e ilustrativo dessa dinâmica é a relação entre Cuba e a União Soviética durante a Guerra Fria. Com o colapso da URSS, Cuba perdeu seu principal aliado econômico e militar, entrando em um período de isolamento internacional. Como observa Silva (2012), o país enfrentou o desafio de manter a legitimidade do regime e adaptar-se à nova ordem internacional dominada pelos Estados Unidos. Para sobreviver, realizou reformas econômicas e redirecionou sua política externa, ampliando setores como o turismo, a mineração e as remessas.

A relação com a URSS foi marcada por uma forte dependência em diversos níveis. Politicamente, Cuba adotou o modelo soviético de socialismo, o que comprometeu o desenvolvimento de um socialismo com características genuinamente cubanas (SILVA, 2013). Economicamente, essa dependência se refletiu na concentração da produção no setor açucareiro, responsável por 80% das exportações cubanas. Apesar de vantagens comerciais e militares, como o fornecimento de armamentos, Cuba permaneceu presa a uma lógica de dependência estrutural (SILVA, 2013). Essa experiência histórica demonstra como a atuação de grandes potências na América Latina tende a gerar vínculos assimétricos. Por isso, é crucial compreender se a atual presença russa na região representa uma ameaça à hegemonia tradicional dos EUA e como os países latino-americanos, especialmente o Brasil, equilibram essas relações em um cenário internacional cada vez mais multipolar.

A presença russa na América Latina faz parte de um quadro geopolítico mais amplo de tensões entre Rússia e EUA, onde ambos os países buscam expandir sua influência na região. Paul Stronski, do Instituto Carnegie, comentou que a Rússia busca competir em mercados de armas, sendo o segundo maior exportador mundial de armamentos, especialmente voltados para países africanos e latino-americanos, além de serviços de manutenção e modernização de equipamentos (PELZ, 2018). No Atlântico Sul, a Rússia se envolve em atividades estratégicas, com destaque para a cooperação naval com a África do Sul e presença de navios de espionagem,

como o Yantar, que causaram preocupações sobre a interceptação de cabos submarinos de comunicação (GODOY, 2020).

No Brasil e na Argentina, a influência russa se manifestou de forma mais sutil, mas ainda significativa. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Brasil buscou diversificar suas relações internacionais e aprofundou laços com a Rússia no contexto dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Parcerias estratégicas foram desenvolvidas em áreas como energia, agricultura e tecnologia, com destaque para a cooperação na produção de urânio e no setor nuclear. Além disso, a Rússia se envolveu em projetos de infraestrutura no Brasil, incluindo investimentos no setor de energia elétrica e hidrelétricas (ALBUQUERQUE, 2020). No entanto, o aprofundamento dessas relações foi moderado, com o Brasil mantendo uma postura de pragmatismo, sem se alinhar completamente com Moscou.

Essa abordagem de "neutralidade colaborante", no entanto, enfrenta desafios, uma vez que a atual relação do Brasil com a Rússia, especialmente no contexto da guerra na Ucrânia, pode afetar a continuidade dessa parceria estratégica. No entanto, a Rússia continua a buscar influência na região, particularmente em países com governos populistas ou com um histórico de resistência à hegemonia dos EUA.

A integração regional na América Latina tem sido impulsionada por diversos acordos e instituições que visam facilitar a circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, como o MERCOSUL, a CELAC, o SICA e a Aliança do Pacífico. Essa dinâmica reflete não apenas interesses econômicos, mas também a importância geopolítica da região, marcada por sua localização estratégica, riqueza em recursos naturais e mercados emergentes. Segundo Gonçalves (2014), tais características tornam a América Latina um espaço de disputa entre grandes potências globais, especialmente os Estados Unidos, a China e a Rússia.

Gráfico de exportações entre América Latina e Rússia:

País	Exportações em 2013	Exportações em 2020	Exportações em 2021	Participação nas	Exportação em 2021	em
------	---------------------	---------------------	---------------------	------------------	--------------------	----

	(milhões de USD)	de (milhões de USD)	de (milhões de USD)	de exportações russas em 2021 (%)	relação a 2013 (%)
Brasil	1985	1994	5261	1,07	265
México	855	1138	3403	0,69	398
Equador	193	215	460	0,09	238
Argentina	400	94	370	0,08	93
Peru	401	201	368	0,07	92
Colômbia	230	100	337	0,07	147
Guatemala	85	67	183	0,04	215
Venezuela	2447	99	147	0,03	6
Nicarágua	38	44	145	0,03	382

Honduras	50	56	143	0,03	286
Cuba	157	133	131	0,03	83
Chile	49	57	100	0,02	204
El Salvador	11	13	87	0,02	791
Panamá	58	38	61	0,01	105
Costa Rica	50	22	52	0,01	104

Fonte: Elaborado com base em KUZNETSOV, A. V. *Russian Direct Investment in Countries of Latin America*. Her Russ Acad Sci., [s. l.], v. 92, Sppl. 9, p. 859-564, 2022.

Historicamente, os Estados Unidos desempenharam um papel dominante na região, adotando uma estratégia de manutenção da liderança global por meio de uma combinação de poder militar, econômico e tecnológico, isto é, o uso do hard, soft e smart power. Como já apontava Brzezinski (1997), essa abordagem visa não apenas garantir a segurança e prosperidade norte-americana, mas também consolidar a influência dos Estados Unidos na América Latina dentro de uma lógica de ocidentalização e americanização do mundo. Nesse sentido, a disputa geopolítica na região reflete os interesses de diferentes atores globais e suas estratégias de projeção de poder.

Gonçalves (2014) discute a crescente relevância econômica e estratégica do Atlântico Sul, impulsionada pelo reconhecimento das vastas riquezas naturais da

chamada Amazônia Azul. A descoberta e exploração de recursos como petróleo, gás natural e minérios no leito oceânico têm aumentado a necessidade de defesa desses territórios, especialmente diante de desafios tecnológicos e potenciais contestações internacionais sobre os direitos brasileiros na região:

A segurança dessas riquezas depende de medidas em duas frentes: militar e diplomática. Na esfera militar, o Brasil tem investido na modernização de suas Forças Armadas, incluindo a construção de submarinos nucleares e navios multifuncionais, além da capacitação de seu pessoal. No campo diplomático, a estratégia envolve a consolidação de alianças políticas com os países do Atlântico Sul, especialmente na América do Sul e na África, para evitar que potências externas estabeleçam presença militar na região. Nesse contexto, organizações multilaterais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) desempenham um papel essencial (GONÇALVES, pg.68-69.2014).

Gonçalves (2014) também destaca a crescente resistência dos Estados Unidos diante da ampliação da autonomia dos países sul-americanos. Durante a Guerra Fria, a influência norte-americana era consolidada pela Doutrina de Contenção, que visava impedir a disseminação do comunismo. No entanto, no século XXI, essa hegemonia tem sido desafiada pela ascensão da China, que, ao contrário da União Soviética, oferece apoio econômico dentro das regras do sistema capitalista. O investimento chinês na região ocorre por meio da importação de commodities, parcerias produtivas e concessão de empréstimos para projetos de infraestrutura, o que tem reduzido a dependência histórica da América do Sul em relação aos Estados Unidos.

Dessa forma, a análise de Gonçalves (2014) demonstra que a valorização geopolítica do Atlântico Sul está inserida em um contexto de disputas globais mais amplas, onde novos atores, como a China, reconfiguram as relações de poder na região. A defesa dos recursos marítimos e o fortalecimento das parcerias estratégicas são fundamentais para consolidar a soberania dos países sul-americanos diante das mudanças na ordem internacional.

O Atlântico Sul tem se tornado uma região de crescente importância econômica e estratégica, impulsionada pela exploração de riquezas naturais, como petróleo, gás

e minerais, e pela necessidade de defesa desses recursos. O Brasil, por meio de sua Amazônia Azul, busca garantir a soberania sobre essa região, adotando medidas militares e diplomáticas. No cenário geopolítico, o expansionismo russo na América Latina encontra-se em meio a uma disputa de influência entre os Estados Unidos e a China, que tem fortalecido laços com diversos países latino-americanos sem impor condições políticas.

A Alianza del Pacífico, formada por países de orientação liberal como Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica, tem sido um instrumento dos EUA para fragmentar a integração sul-americana e conter a ascensão de blocos mais politizados, como a Unasul. Paralelamente, a Colômbia firmou um acordo de cooperação com a OTAN, consolidando a presença militar da aliança na América do Sul e ameaçando iniciativas regionais de soberania.

Gonçalves (2014) se mostra preocupado com a presença britânica e norte-americana no contexto atlântico, que reforça a influência da OTAN na região. A manutenção de territórios ultramarinos britânicos, como as Ilhas Malvinas e Ascensão, proporciona vantagens estratégicas ao Reino Unido e aos EUA, que reforçaram sua presença naval com a reativação da Quarta Frota em 2008. Esse movimento deve ser analisado em conjunto com o novo conceito estratégico da OTAN e a descoberta do pré-sal brasileiro, indicando uma crescente disputa de poder na região (Gonçalves, 2014).

7. Rússia e Brasil: Parceria Geoestratégica

As relações entre Rússia e Brasil possuem um histórico de interações que remonta ao início do século XIX. A primeira expedição russa de volta ao mundo, em 1804, marcou o primeiro contato entre os dois países. Posteriormente, o naturalista e geógrafo Grigory Ivanovich Langsdorff organizou uma expedição ao interior do Brasil e produziu um dos primeiros tratados europeus sobre a geografia do país, consolidando um intercâmbio de conhecimento científico e natural entre os dois Estados (MARINCHENKO, 2009). Além do aspecto científico, a cooperação comercial também se estabeleceu no século XIX, com o Brasil exportando açúcar,

café e madeiras raras para a Rússia, enquanto esta fornecia aço para o mercado brasileiro.

Durante o século XX, as relações bilaterais oscilaram, impactadas por mudanças no contexto global, como a Revolução Russa de 1917, e pelas transformações políticas nos dois países. O processo de reaproximação entre Brasil e Rússia remonta à Guerra Fria e aos regimes militares na América Latina, em um contexto de busca por diversificação das relações internacionais. As relações comerciais foram retomadas em 1959 com uma Missão Comercial, seguida pela reabertura diplomática em 1961, sob a Política Externa Independente de Jânio Quadros, que enfatizava o caráter pragmático da iniciativa, sem alinhamento ideológico, mas visando o desenvolvimento econômico (BUENO; CERVO, 2008).

Mesmo durante os governos militares, a lógica da diversificação comercial permaneceu, permitindo que as relações com a União Soviética se mantivessem relativamente estáveis, apesar do contexto da Guerra Fria. Um marco importante foi a Missão Brasileira à URSS sob Castelo Branco, demonstrando a continuidade do diálogo econômico. Com a política de Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel, as interações se expandiram para além da economia, incluindo temas como o desarmamento nuclear, pauta que seguiu sendo debatida durante o governo Figueiredo (SARAIVA, 2006; VIZENTINI, 2009).

As relações entre Brasil e Rússia foram neutras durante todo o período da Guerra Fria, sendo bastante distantes e restritas a acordos comerciais e de cooperação com baixa importância se comparadas às “potencialidades recíprocas” (CERVO; BUENO, 2002, p. 445). A redemocratização brasileira, em conjunção com as reformas soviéticas, abriu uma janela de oportunidade para uma aproximação, que foi tomada pelo governo de José Sarney. Ela ocorreu no final de 1985 com a primeira troca de visitas dos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e da União Soviética, quando Olavo Setúbal visitou Moscou, firmando-se um memorando de entendimento prevendo mais consultas sobre política internacional. Percebe-se nesse momento uma grande afinidade nas agendas internacionais de ambos os países, em grau maior do que entre Brasil e Estados Unidos, principalmente no que tange à necessidade de desarmamento, o status dos litígios na África e América Central, e a nova ordem internacional. Essa aproximação, contudo, não impediu que

o Brasil demonstrasse sua preferência pela retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (CERVO; BUENO, 2002). Ainda enquadrado pelo paradigma desenvolvimentista, a política externa brasileira via a URSS como alternativa ao Ocidente na possibilidade de suprir suas necessidades tecnológicas.

Em 1987, o ministro de Relações Exteriores soviético visitou o Brasil e firmou dois acordos para cooperação: um na área econômica, comercial, científica e tecnológica, e outro na área cultural. No ano seguinte, José Sarney tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar a União Soviética, onde foi recebido por Gorbachev. No entanto, o aprofundamento das relações bilaterais foi limitado pelas reformas da Glasnost e Perestroika e pela subsequente desintegração da URSS (CÔRTEZ, 2010).

Nos anos 1990, o alinhamento inicial da política externa russa ao Ocidente reduziu a atenção às relações com a América Latina, mudança revertida com a chegada de Primakov ao Ministério das Relações Exteriores (QUADROS; MACHADO, 2015). Em 1994, Celso Amorim visitou a Rússia, resultando na criação de um mecanismo de consulta política mútua. No governo FHC, em 1997, foi estabelecida a Comissão de Alto Nível de Cooperação Russo-Brasileira (CAN), consolidando laços institucionais (VIZENTINI, 2009).

A partir dos anos 2000, com Lula, a relação entre os dois países atingiu um novo patamar. A parceria estratégica foi fortalecida por acordos em tecnologia militar e espacial, culminando na ida do primeiro astronauta brasileiro ao espaço (LONESCU, 2019). A primeira visita de um chefe de Estado russo ao Brasil ocorreu em 2004, e em 2005, Lula visitou Moscou, firmando a Aliança Estratégica Brasil-Rússia. Impulsionados pelo interesse mútuo em ampliar parcerias comerciais e estratégicas, a criação do BRIC (hoje BRICS+), em 2006, representou um marco fundamental para a aproximação entre Brasil e Rússia, proporcionando um espaço institucional para a cooperação política e econômica entre as potências emergentes (GONÇALVES, 2014). No século XXI, a visita do primeiro-ministro russo Mikhail Fradkov ao Brasil, em 2006, consolidou essa relação ao estabelecer iniciativas estratégicas nas áreas de energia, defesa, tecnologia e comércio bilateral. MARINCHENKO (2009) destaca que o volume de negócios entre os dois países atingiu US\$ 3,5 bilhões em 2005, e havia expectativas de triplicação desse

montante até 2010. Entre os principais projetos de cooperação, estava a construção de um gasoduto Argentina-Brasil-Venezuela, estimado em US\$ 17-20 bilhões, e a modernização do setor energético brasileiro, no qual a Rússia poderia contribuir com expertise e investimentos. Além disso, a cooperação na indústria aeroespacial foi fortalecida, com a possibilidade de participação de cosmonautas brasileiros em missões espaciais russas. A partir desse momento, os dois países passaram a colaborar mais ativamente em questões geoeconômicas e geopolíticas. Em 2009, o BRIC foi formalizado com apoio do Brasil e da Rússia, ampliando a cooperação multilateral (JUBRAN, 2012). Em 2010, foi assinado o Plano de Ação da Associação Estratégica, abordando setores como defesa, energia nuclear e aeroespacial (G1, 2010). A geoeconomia se tornou um fator determinante na geopolítica entre os dois países. Fradkov enfatizou que, se Brasil e Rússia não ampliassem seus contatos comerciais, perderiam oportunidades políticas importantes no cenário internacional (MARINCHENKO, 2009). Essa visão se alinha à abordagem de Joseph Nye (2002) sobre a dinâmica do poder global, na qual grandes potências buscam projetar influência além de suas fronteiras, enquanto estados médios, como o Brasil, tentam equilibrar sua posição na ordem internacional por meio de alianças estratégicas.

Com Dilma Rousseff, houve uma estagnação na diplomacia presidencial, embora acordos técnico-militares e energéticos tenham avançado, como a instalação do sistema GLONASS no Brasil e o fornecimento de mísseis Igla-S (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012; LONESCU, 2019). Em 2017, Temer visitou a Rússia para atrair investidores, mantendo a relação bilateral ativa. No governo Bolsonaro, a interação foi mediada principalmente pelo BRICS, com poucas iniciativas bilaterais diretas (MAZUI, 2019).

Vitor Augusto Larrosa Hatje e Bruna Vieceli Perin (2021) abordam que a política externa brasileira oscilou historicamente entre diferentes paradigmas, refletindo momentos de maior ou menor ativismo estatal. Segundo Amando Luis Cervo (2003; 2008), o Estado normal emergiu nos anos 1990 como um modelo que prioriza a adaptação às regras do mercado global e das grandes potências, abdicando de um papel protagonista no desenvolvimento nacional. Esse paradigma não foi apenas resultado de imposições externas, como o Consenso de Washington, mas também

da vontade nacional ancorada em fontes epistêmicas próprias (HATJE; PERIN, 2021, p. 172).

Em contraposição, o Estado logístico, também conceituado por Cervo (2003), surge como uma resposta estratégica que reposiciona o Estado como agente central na inserção internacional do país. Esse modelo busca fortalecer a autonomia nacional ao atuar como intermediador dos interesses da sociedade civil, promovendo o desenvolvimento por meio da internacionalização e do estímulo a setores estratégicos (DE SOUZA; DIAS, 2013).

No final do governo FHC, houve ensaios desse paradigma, impulsionando expectativas sobre novos investimentos em setores como energia e tecnologia. Contudo, foi sob o governo Lula que o Estado logístico se consolidou, pautado pela correção de distorções neoliberais, pelo fortalecimento de alianças com países periféricos e por um enfrentamento das normas impostas pelas potências centrais no comércio global (MACHADO, 2004; CERVO, 2008).

De acordo com Bueno e Cervo (2008), a adoção do paradigma logístico foi determinante para a aproximação entre Brasil e Rússia, uma vez que ambos os países passaram a atuar conjuntamente na defesa de uma nova governança global. Essa convergência se traduziu em parcerias estratégicas em áreas como segurança, tecnologia e energia. Entretanto, com o encerramento dos governos petistas, a prevalência do Estado logístico enfraqueceu, dando lugar ao ressurgimento do paradigma normal e à redução do protagonismo estatal na formulação da política externa brasileira (PERIN; HATJE, 2021).

Dessa forma, as relações Brasil-Rússia oscilaram entre momentos de intensa cooperação e períodos de arrefecimento, refletindo mudanças internas e no contexto internacional. A evolução desse relacionamento demonstra a importância da diplomacia presidencial e do planejamento estratégico para a consolidação de parcerias duradouras.

7.1. Cooperação Econômica e Diplomática Brasil-Rússia

Em 3 de outubro de 2024, completaram-se 196 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a Rússia e o Brasil. A diplomacia entre ambos os países

é caracterizada por uma postura de apoio a um mundo multipolar, no qual ambos defendem maior autonomia para as nações em desenvolvimento. Essa cooperação se reflete na observância dos direitos humanos, na valorização dos princípios democráticos e no respeito à soberania nacional. Além disso, Brasil e Rússia compartilham a visão de primazia do direito internacional e da necessidade de reformar os institutos da governança econômica e financeira global, buscando fortalecer o papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (ITAMARATY, 2024).

O relacionamento diplomático também é sustentado por um acordo bilateral entre o Governo da Federação da Rússia e o Governo da República Federativa do Brasil para o estabelecimento e funcionamento de centros culturais. Essa parceria se estende para organismos internacionais, onde os dois países atuam conjuntamente na ONU e no BRICS, com o objetivo de promover reformas na governança global e ampliar a representatividade dos países emergentes (EMBAIXADA DA RÚSSIA NO BRASIL, 2023).

Apesar do fortalecimento das relações, alguns desafios persistem e podem limitar o potencial dessa cooperação. As sanções internacionais impostas à Rússia por potências ocidentais impactam diretamente a relação bilateral, afetando fluxos comerciais e financeiros. Além disso, há uma forte concentração das trocas comerciais em poucos setores, tornando essencial a diversificação das exportações e importações para ampliar o crescimento econômico mútuo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

O futuro da parceria entre Brasil e Rússia dependerá da capacidade de ambos os países de adaptar suas estratégias aos desafios globais, buscando ampliar setores de cooperação e fortalecer os laços econômicos, políticos e tecnológicos. Apesar das dificuldades, o relacionamento bilateral segue relevante e apresenta oportunidades para expansão, especialmente em áreas estratégicas como energia, defesa e tecnologia nuclear (BRICS, 2023).

A relação econômica entre Brasil e Rússia é caracterizada por uma cooperação ampla e diversificada, consolidando o Brasil como um dos principais parceiros comerciais russos na América Latina. Essa cooperação está centrada em setores

estratégicos, como agronegócio, energia, tecnologia e defesa, além de uma pauta de importação e exportação que reflete a complementaridade entre as duas economias. A Rússia, sendo um dos maiores importadores de carne e soja do Brasil, mantém uma relação comercial significativa com o país. Além disso, parcerias em exploração de petróleo e intercâmbio tecnológico na área nuclear fortalecem o vínculo bilateral (PORTAL BRASIL, 2023).

Em 2023, a Rússia ocupava a 11^a posição entre as maiores economias do mundo e mantinha sua relevância como membro fundador do BRICS, ao lado do Brasil, China, Índia e África do Sul. O país se consolidou como o quinto maior fornecedor de produtos ao Brasil e o terceiro principal parceiro comercial do Brasil entre as nações europeias e asiáticas (REUTERS BRASIL, 2023). No mesmo ano, as exportações brasileiras para a Rússia totalizaram US\$ 1,3 bilhão, sendo compostas majoritariamente por soja, carne bovina, café não torrado e amendoins (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, destacam-se as carnes, com a carne suína movimentando US\$ 662,9 milhões, a carne bovina US\$ 450,2 milhões e a carne avícola US\$ 126,6 milhões. Os grãos e seus derivados também ocupam uma posição relevante, com a soja gerando US\$ 415,7 milhões, o açúcar bruto US\$ 192,9 milhões e o amendoim US\$ 61,8 milhões. O café, tanto na forma solúvel (US\$ 90,1 milhões) quanto em grãos (US\$ 82,9 milhões), também se destaca, além de outros produtos como máquinas mecânicas (US\$ 188 milhões) e tabaco (US\$ 62,4 milhões) (ITAMARATY, 2024; EMBAIXADA DA RÚSSIA NO BRASIL, 2023).

Por outro lado, as importações brasileiras da Rússia são altamente concentradas em insumos estratégicos, principalmente fertilizantes e recursos energéticos. O Brasil adquire da Rússia grandes quantidades de adubos de potássio (US\$ 480,6 milhões), adubos amoníacos (US\$ 281 milhões), nitrato de amônio (US\$ 251,3 milhões), carbamida (US\$ 171,8 milhões) e adubos de fosfato (US\$ 134,5 milhões). Já no setor de energia e metais, as principais importações incluem nafta petroquímica (US\$ 276,5 milhões), alumínio (US\$ 252,4 milhões), carvão betuminoso (US\$ 173,5 milhões), carvão mineral (US\$ 72,6 milhões), paládio (US\$ 66,6 milhões) e óleo diesel (US\$ 39,9 milhões). Esses números refletem a importância estratégica da Rússia para o Brasil, especialmente no fornecimento de

fertilizantes, um insumo essencial para a competitividade do agronegócio brasileiro (PORTAL BRASIL, 2023; AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Os investimentos russos no Brasil se concentram em setores estratégicos, como energia e tecnologia nuclear. A Rosneft Brasil, subsidiária da estatal russa Rosneft, iniciou em 2016 os preparativos para perfuração na região do rio Solimões, com o primeiro poço de exploração na Bacia do Solimões perfurado em 2017. A Rosatom América Latina, por sua vez, tem participação ativa no setor nuclear brasileiro. Em 2017, firmou um Memorando de Entendimento com a Eletronuclear para discutir sua possível participação na conclusão da usina Angra-3. A Rosatom Isotop também desempenha um papel importante, tendo assinado, em dezembro de 2017, um contrato de cinco anos com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares para fornecimento de isótopos, estimado em US\$ 13 milhões anuais. Além disso, há perspectivas de cooperação no campo da medicina nuclear (EMBAIXADA DA RÚSSIA NO BRASIL, 2023).

No setor de tecnologia, a parceria entre Brasil e Rússia também inclui cooperação na área de exploração espacial. Em abril de 2017, a empresa russa Corporação de Ciência e Produção Sistemas de Construção de Equipamentos de Precisão iniciou a exploração de um complexo de fibra óptica e medição de detritos espaciais no Laboratório Nacional de Astrofísica, em Minas Gerais. Além disso, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) mantêm parceria com uma subsidiária da Rosatom no ciclo do combustível nuclear, abrangendo a reciclagem de materiais contendo urânio e o fornecimento de lavra de urânio ao Brasil (BRICS, 2023).

A exportação de produtos brasileiros para a Rússia tem sido beneficiada por tarifas reduzidas em setores estratégicos. Entre os cinco principais produtos exportados pelo Brasil, três possuem tarifa de 0%, o que favorece as transações comerciais entre os dois países. No entanto, as sanções internacionais e as restrições impostas pela guerra na Ucrânia têm causado dificuldades logísticas, especialmente no transporte de contêineres, afetando a importação de alguns itens pela Rússia. Essa conjuntura impacta o fluxo comercial bilateral e impõe desafios ao crescimento da cooperação econômica (REUTERS BRASIL, 2023).

Por outro lado, as importações brasileiras da Rússia permanecem altamente concentradas, com óleos combustíveis de petróleo e fertilizantes representando quase 90% do total. O mercado russo continua sendo de extrema importância para o Brasil no setor de fertilizantes, uma vez que o país é o maior importador mundial desses produtos e a Rússia figura entre seus principais fornecedores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Nos últimos anos, os investimentos russos no Brasil sofreram uma forte retração. De acordo com dados do Banco Central, o estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) russo no Brasil atingiu um patamar historicamente baixo de US\$ 6,5 milhões em 2021. Esse declínio pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 e o agravamento das tensões geopolíticas decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia. A instabilidade gerada por esses eventos aumentou as incertezas econômicas e reduziu o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil, impactando diretamente os investimentos russos no país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Apesar dos desafios enfrentados, as relações comerciais entre Brasil e Rússia continuam sendo de grande relevância para ambas as economias. Há um potencial significativo para expansão em setores estratégicos e oportunidades para a diversificação da pauta exportadora brasileira. A cooperação entre os dois países, se fortalecida, pode contribuir para o desenvolvimento mútuo, garantindo maior estabilidade e crescimento econômico para ambas as nações (ITAMARATY, 2024).

Em síntese, a relação entre Brasil e Rússia evoluiu de um contato inicial exploratório para uma parceria estratégica que envolve setores-chave como energia, tecnologia e defesa. No entanto, para que essa cooperação alcance seu pleno potencial, ambos os países precisam superar barreiras comerciais e ampliar suas iniciativas conjuntas, especialmente no contexto do BRICS e da nova ordem multipolar do século XXI (BRICS, 2023).

7.2. Desafios da relação Brasil-Rússia

Apesar dos avanços nas relações bilaterais, os desafios permanecem. O comércio entre Rússia e Brasil ainda representa uma pequena fração do potencial de ambas as economias, e há uma necessidade de diversificação nas áreas de cooperação. Além disso, a geopolítica global impõe novos desafios, com os Estados Unidos tentando preservar sua influência na América Latina (GONÇALVES, 2014) e a China se tornando um parceiro comercial cada vez mais dominante na região.

A Política Exterior da Federação Russa de 2016 reafirma a sua estratégia global, incluindo a América Latina como uma de suas áreas de interesse, ao lado da África e da Antártica. No contexto brasileiro, cresce a preocupação com a presença russa no entorno estratégico do país, especialmente nos últimos vinte anos da era Putin. Essa atuação se manifesta em países fronteiriços como Venezuela e Bolívia, além da crescente presença russa no Atlântico Sul (ALBUQUERQUE, 2020). O Entorno Estratégico Brasileiro abrange a América do Sul, o Atlântico Sul, a África e a Antártica, sendo fundamental para a política externa e de defesa do Brasil. A Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional ressaltam a importância da soberania e da cooperação multilateral (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b). O Entorno Estratégico Brasileiro representa um espaço vital para a projeção internacional do Brasil, combinando diplomacia, segurança e desenvolvimento sustentável.

Figura 5 - O Entorno Estratégico Brasileiro:



Fonte: ALBUQUERQUE (2020)

Além disso, segundo Albuquerque (2020), a competição pela cooperação militar e fornecimento de material bélico pode prejudicar o desenvolvimento da indústria de defesa nacional do Brasil, uma vez que a Rússia oferece opções mais atraentes para países da África e da América Latina. O Brasil, como líder em organizações regionais como a CPLP e o ZOPACAS, busca promover a estabilidade na região, mas enfrenta o desafio da presença russa, que interfere diretamente em suas estratégias geopolíticas (MATTOS, 2019).

A cooperação russa no Atlântico Sul, através de exercícios militares e presença naval, também coloca em risco a segurança das comunicações nacionais brasileiras, como evidenciado pelo monitoramento do navio Yantar nas águas brasileiras, onde há suspeitas de espionagem e coleta de informações sensíveis

(MONTEIRO, 2020). Nesse contexto, a Rússia e os EUA continuam competindo pela influência na região, o que desafia os interesses brasileiros em manter a paz e a estabilidade regional.

8. Conclusão

É importante entender o expansionismo russo na América Latina como um fenômeno que deve ser analisado dentro de um contexto geopolítico mais amplo, no qual Moscou busca reafirmar sua posição como potência global. A influência do neo-urasianismo, corrente que defende a centralidade da Rússia como eixo entre Europa e Ásia, fortalece a ideia de um mundo multipolar e molda a política externa russa no mundo e na América Latina. Além disso, as escolas clássicas de geopolítica, como a teoria do Heartland de Halford Mackinder e a concepção de Rimland de Nicholas Spykman, ajudam a compreender as estratégias russas na região, especialmente no enfrentamento à política de contenção promovida pelos Estados Unidos.

Tentar entender o futuro da geopolítica russa, como ficou acordado na Concepção de Política Externa Russa de 2016, é essencial, pois trata-se de um documento central que reafirma o desejo da Rússia de consolidar sua posição como um centro de influência global, com uma clara oposição ao Ocidente e à expansão da OTAN. Sendo um anúncio do que seria a política externa nos anos que antecederam a guerra russo-ucraniana de 2022, o documento reforça a visão de que a Rússia considera a intervenção ocidental nos assuntos internacionais, especialmente na tentativa de manter a ordem unipolar, uma ameaça à sua segurança e à estabilidade global (NUNES E SILVA, 2018).

Nesse cenário, Minkina (2019) contribui com uma análise essencial ao destacar que a Rússia se compreende como uma civilização única, com identidade multifacetada e vocação global, o que justifica sua resistência à adoção de ideologias ocidentais e sua disposição para intervir geopoliticamente em diversas regiões do mundo. Essa autopercepção civilizacional fortalece o discurso russo de que possui legitimidade moral para influenciar os rumos da ordem internacional, ao mesmo tempo em que denuncia as revoluções coloridas em seu entorno como ameaças ocidentais disfarçadas de democratização.

Ainda segundo Minkina (2019), a rejeição russa à ordem liberal ocidental se manifesta tanto em sua postura diante da OTAN e dos Estados Unidos quanto em sua crescente militarização e na tentativa de restaurar uma lógica quase bipolar, com esferas de influência claras entre Rússia e Ocidente. A manutenção dessa postura é impulsionada por um sentimento de humilhação pós-Guerra Fria e pela percepção de que o Ocidente rechaçou o papel da Rússia como superpotência, aprofundando a desconfiança entre as partes.

A autora observa que, embora a Rússia declare oficialmente apoio ao sistema multipolar, na prática busca restaurar uma lógica de mundo quase bipolar, no qual apenas ela e os Estados Unidos detinham legitimidade para moldar a ordem global (MINKINA, 2019). Essa ambição esbarra, porém, em limitações materiais significativas. A economia russa representa apenas 1,5% do PIB global, muito aquém das economias de potências como Estados Unidos, China e Índia. Diante dessa assimetria, a Rússia passou a investir fortemente na modernização de suas Forças Armadas, utilizando o poderio militar como principal instrumento de projeção de poder. A criação das Forças de Operações Especiais em 2013, bem como o papel central do Spetsnaz na anexação da Crimeia, ilustram essa tendência à militarização da política externa russa. Como aponta Minkina (2019), a própria doutrina militar russa reserva o direito de uso de armas nucleares em conflitos convencionais, caso o Estado perceba ameaça existencial.

Ainda que a Rússia mantenha vasto território e legado histórico como herdeira da URSS, tais fatores têm peso reduzido na atual configuração do poder global, onde predominam o dinamismo econômico, a inovação tecnológica e a valorização do capital humano. Minkina (2019) reconhece que os fundamentos do status de superpotência russa são frágeis, e que problemas internos — como o crescimento do radicalismo islâmico em uma população que possui cerca de 15% de muçulmanos — agravam o cenário. A retórica antiocidental, embora eficaz internamente, limita a capacidade da Rússia de obter reconhecimento e influência efetiva no sistema internacional.

Outro problema para a Rússia é a custosa guerra russo-ucraniana, iniciada em 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Hickman (2019) destaca que as sanções impostas à Rússia impactam severamente sua capacidade de manter e desenvolver plataformas militares avançadas, especialmente no que diz respeito a tecnologias de precisão, motores e materiais compostos. Diante desse cenário, a China surge como beneficiária direta, consolidando novas cadeias de suprimento e aprofundando a dependência russa em meio à sua crise econômica.

Hickman (2024) argumenta que, apesar da lógica racional sugerir um congelamento do conflito para preservar o complexo militar-industrial debilitado, o Kremlin ainda mantém a capacidade e a ameaça de escalar a guerra por meio do uso de armas nucleares estratégicas. Ele observa que, mesmo com os ganhos simbólicos na Ucrânia, a Rússia está se direcionando para uma perda estratégica duradoura, o que a relegaram a um papel secundário na indústria militar global, com influência reduzida e perspectivas limitadas de recuperação. No entanto, apesar da continuidade da guerra e das sanções do Ocidente, a economia russa apresentou crescimento e a taxa de desemprego permanece uma das mais baixas desde o fim da União Soviética (JORNAL USP, 2024; TRADING ECONOMICS, 2025).

O Brasil, inserido nesse cenário cada vez mais multipolar, ocupa uma posição estratégica na disputa de influência entre as grandes potências, sendo alvo de interesses econômicos, políticos e militares. A relação com a Rússia insere-se em um cenário mais amplo de redes geopolíticas, onde ambos os países buscam ampliar sua influência e consolidar parcerias estratégicas, apesar dos desafios impostos por sanções internacionais e dinâmicas globais de poder. Assim, torna-se essencial analisar como a atuação russa influencia o equilíbrio de poder na América Latina e quais os desdobramentos dessa relação para a política externa brasileira.

Além disso, a instabilidade política em países como Venezuela, Bolívia e Peru dificulta a formação de um bloco coeso na América do Sul. O Brasil, como maior potência regional, busca liderar iniciativas diplomáticas, mas enfrenta desafios internos e externos. A emergência de novas alianças comerciais e a busca por autonomia estratégica tornam a América Latina um espaço dinâmico e contestado dentro da nova ordem multipolar (GASPAR, 2023). Não obstante, a instabilidade dos alinhamentos, que é a principal característica do sistema multipolar, deixa em aberto a possibilidade de novas divisões entre as potências europeias, que podem querer diferenciar as suas alianças bilaterais com as grandes potências.

Dessa forma, o futuro da relação Brasil-Rússia dependerá da habilidade de ambos os países em equilibrar suas políticas externas diante de um sistema internacional em transformação. Se bem conduzida, essa cooperação poderá se consolidar como um pilar do mundo multipolar defendido por Moscou e Brasília, contribuindo para a reconfiguração da ordem global e para o fortalecimento das economias emergentes.

Bibliografia:

AGÊNCIA BRASIL. (2023). Brasil e Rússia expandem parcerias no setor energético e tecnológico. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2025

AGÊNCIA EFE. Pentágono afirma que tropas russas continuam na Venezuela. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/pentagono-afirma-que-tropas-russas-continuam-na-venezuela-09072019>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ALBUQUERQUE, Augusto de Lima. As ações da Rússia no Entorno Estratégico Brasileiro nos 20 primeiros anos da Era Putin. 2020. Disponível em: Bdex. Acesso em: 22 mar. 2025.

APEXBRASIL. ApexBrasil divulga Perfil de Comércio e Investimentos Rússia em semana de Cúpula do BRICS. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/ApexBrasil-divulga-Perfil-de-Comercio-e-Investimentos-Russia-em-semana-de-Cupula-do-BRICS.html>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2023). Investimentos Estrangeiros Diretos - Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BBC. Por que bombardeiros russos estão aterrissando na Venezuela. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46536262>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: [s.n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16/04/2025.

BRASIL. Cooperação na área da defesa. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/499>. Acesso em: 22 mar. 2025b.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. [S.I.]: Diário Nacional, 2012a.

BRICS - Official Website. (2023). Sobre o BRICS e as relações entre seus membros. Disponível em: <https://www.brics-russia2020.ru>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, dez. 2003.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002. 530 p.

BARANOVSKY, Vladimir. Russia: a part of Europe or apart from Europe? *International Affairs*, v. 76, p. 443-458, 2000. DOI: 10.1111/1468-2346.00145.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2008. 560 p.

CHIVVIS, Christopher. Understanding Russian “hybrid warfare” and what can be done about it. *RAND Corporation*, 2017. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/testimonies/CT468.html>. Acesso em: 25 mar. 2025.

COELHO, Maria Luisa Santos. A geopolítica da América do Sul no contexto da emergência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 8-25, 2010.

COOPER, Andrew Fenton. The BRICS’ new development bank: why the world’s newest global governance initiative matters. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, v. 21, n. 3, p. 391-400, 2015.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. A diplomacia multilateral do Brasil: evolução e tendências. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 5-27, 1998.

COSTA, Cláudia. Rússia mantém sua influência na América Latina. *Revista de Defesa Nacional*, v. 22, n. 2, p. 39-52, 2021.

DUGIN, Aleksandr. Os fundamentos da geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia. Moscou: Arktojeja, 1997.

DUGIN, Aleksandr. A quarta teoria política. São Paulo: ARS REGIA, 2012.

DUGIN, Aleksandr. Geopolitics of the Multipolar World. Moscou: Arktos, 2014.

DUGIN, Aleksandr. *Geopolítica da Rússia Contemporânea*. Lisboa: IAEGCA – Instituto de Altos Estudos em Geopolítica e Ciências Auxiliares, 2016.

EL PAÍS. Aviões russos chegam à Venezuela com militares e equipamentos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/25/internacional/1553510976_911078.html. Acesso em: 18 mar. 2025.

EMBAIXADA DA RÚSSIA NO BRASIL. (2023). Relações entre a Rússia e o Brasil. Disponível em: <https://brazil.mid.ru/pt-br/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FERREIRA, Manuel Correia de Andrade. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIXO, Adriano de. A geopolítica da energia na Rússia de Putin. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, v. 18, n. 173, p. 1-9, 2017.

GONÇALVES, Williams da Silva. América Latina no século XXI: uma nova geopolítica regional? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, n. 1, p. 161-176, 2006.

HAAR, Rositsa D. Russia's military strategy and doctrine. In: FRIEDMAN, George. *Russia's global ambitions and the implications for the West*. Geopolitical Futures, 2018. Disponível em: <https://geopoliticalfutures.com>. Acesso em: 28 mar. 2025.

HUGENIN, Cláudio. A projeção de poder da Rússia na América Latina: motivações e implicações. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, v. 21, n. 181, p. 15-22, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores econômicos do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ITAMARATY (Ministério das Relações Exteriores do Brasil). (2024). Relações bilaterais Brasil-Rússia. Disponível em: <https://www.itamaraty.gov.br/pt-BR>. Acesso em: 15 abr. 2025.

JORNAL DA USP. As sanções ocidentais não têm impedido, até agora, o crescimento da economia russa. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2025.

KORYBKO, Andrew. Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change. Moscow: People's Friendship University of Russia, 2015.

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e o conceito de potência regional: revisitando a controvérsia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 1, p. 165-180, 2010.

LUKYANOV, Fyodor. Putin's Foreign Policy: The Quest to Restore Russia's Rightful Place. *Foreign Affairs*, v. 91, n. 4, p. 30-44, 2012.

MACDONALD, Julia. The Threat Is in the Perception: Russian Strategy and the U.S. Response. *Texas National Security Review*, v. 4, n. 2, p. 99-113, 2021.

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MACKINDER, Halford J. Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction. Washington: National Defense University Press, 1942.

MEDEIROS, Eduardo. O reposicionamento da Rússia na América Latina: estratégias e limites. *Revista Conjuntura Austral*, v. 11, n. 54, p. 68-86, 2020.

MENDES, Joana de Oliveira. A disputa por influência na América Latina: Estados Unidos versus China e Rússia. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 26, n. 2, p. 433-454, 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Política externa brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1946 a 1964. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

NYE, Joseph S. Soft power: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A política externa da Rússia no século XXI: desafios e interesses estratégicos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 2, p. 59-76, 2011.

PAGLIARI, Natália. A Rússia e a América Latina: interesses geopolíticos e perspectivas de cooperação. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, v. 15, n. 146, p. 34-41, 2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. As novas faces do poder russo: entre o hard power e o soft power. *Revista Conjuntura Austral*, v. 5, n. 25, p. 15-36, 2014.

PINTO, Júlio. Geopolítica e geoestratégia: conceitos e definições. *Revista Brasileira de Geografia Política*, v. 3, n. 6, p. 33-48, 2010.

PORTAL BRASIL. (2023). Brasil e Rússia: Fortalecendo a Cooperação. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REZENDE, Leticia. As Relações Brasil-Rússia e os interesses estratégicos no Atlântico Sul. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 36, n. 71, p. 71-92, 2021.

REUTERS BRASIL. (2023). Relações comerciais entre Brasil e Rússia enfrentam desafios e oportunidades. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 17 março. 2025.

RIBEIRO, Cláudio. A contenção dos EUA na América Latina: da Doutrina Monroe à atualidade. *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 13, n. 2, p. 151-170, 2020.

RIPS (Revista de Informação Política e Estratégica). Rússia na América Latina: cooperação ou ameaça? Brasília: ABIN, v. 28, n. 1, p. 10-22, 2022.

ROJANSKY, Matthew. Russia's Global Ambitions in Perspective. *Kennan Institute Briefing*, Wilson Center, 2019. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. A política externa brasileira e a América do Sul: entre a integração e a autonomia. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 1, p. 11-38, 2012.

SILVA, Marcos Antonio. da. *Cuba e a eterna Guerra Fria: mudanças internas e política externa nos anos 90*. Dourados: UFGD, 2012.

SILVA, Marcos Antonio da. Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba - URSS. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, p. 104-126, jul./dez. 2013.

SILVA, Mayane Bento; NUNES, Thainá Penha Baima Viana. A política externa da Rússia e suas implicações para a América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 4, n. 7, p. 119-136, 2018.

SILVA, Rafael. Contenção dos Estados Unidos na América Latina: um panorama geopolítico. *Revista Conjuntura Internacional*, v. 17, n. 2, p. 55-71, 2020.

SNYDER, Timothy. *The Road to Unfreedom: Russia, Europe, America*. New York: Tim Duggan Books, 2018.

SOUZA, André de Mello e Souza. A ascensão das potências emergentes: BRICS e a nova ordem internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 161-176, 2010.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a ordem liberal: continuidade e mudança na política externa brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 1, p. 5-22, 2015.

SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STUENKEL, Oliver. *Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order*. Cambridge: Polity Press, 2016.

TASS. Russia, Brazil discuss prospects for expanding military cooperation. *TASS Russian News Agency*, 2022. Disponível em: <https://tass.com/defense/1413257>. Acesso em: 26 mar. 2025.

TRADING ECONOMICS. Rússia Desemprego inalterado em 2,4%, acima da previsão. *Trading Economics*, 2025. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/russia/unemployment-rate/news/453542>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matheus. A política internacional do Brasil: a nova inserção internacional do país e o declínio da diplomacia tradicional. São Paulo: Saraiva, 2012.

WATTS, Clint. Russia's Active Measures: Historical Context and Current Strategy. *Testimony before the Senate Intelligence Committee*, 2017. Disponível em: <https://www.intelligence.senate.gov>. Acesso em: 29 mar. 2025.

WILSON CENTER. The Kremlin Playbook: Understanding Russian Influence in Central and Eastern Europe. Washington, D.C.: CSIS & Wilson Center, 2016.